

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

O tesouro Descritores em Ciências da Saúde como um instrumento linguístico-ideológico:
as lutas sociais no campo trabalho, educação e saúde

Creuza Stephen Figueira

Rio de Janeiro
2016

Creuza Stephen Figueira

O tesouro Descritores em Ciências da Saúde como um instrumento linguístico-ideológico:
as lutas sociais no campo trabalho, educação e saúde

Dissertação apresentada à Escola Politécnica
de Saúde Joaquim Venâncio como requisito
parcial para obtenção de título de Mestre em
Educação Profissional em Saúde.

Orientadora: Carla Macedo Martins

Rio de Janeiro
2016

Catálogo na fonte

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Biblioteca Emília Bustamante

F475t

Figueira, Creuza Stephen

O tesouro Descritores em Ciências da Saúde como instrumento linguístico-ideológico: as lutas sociais no campo trabalho, educação e saúde / Creuza Stephen Figueira. - Rio de Janeiro, 2016. 86 f.

Orientador: Carla Macedo Martins

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, 2016.

1. Tesouro. 2. Glossário. 3. Análise de Discurso. 4. Instrumento Linguístico-ideológico. 5. Trabalho, Educação e Saúde. I. Martins, Carla Macedo. II. Título.

CDD 025.48

Creuza Stephen Figueira

O tesouro Descritores em Ciências da Saúde como um instrumento linguístico-ideológico:
as lutas sociais no campo trabalho, educação e saúde

Dissertação apresentada à Escola Politécnica
de Saúde Joaquim Venâncio como requisito
parcial para obtenção de título de Mestre em
Educação Profissional em Saúde.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2016

Banca Examinadora

Carla Macedo Martins
Orientadora

Vanise Gomes de Medeiros
Universidade Federal Fluminense

Marco Antonio Carvalho Santos
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Vera Lucia de Albuquerque Sant'Anna
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
(Suplente)

Marcela Alejandra Pronko
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
(Suplente)

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao corpo docente da Escola Politécnica e em especial à minha orientadora Carla Martins, que me apresentou à Análise de Discurso, me apoiou durante o processo da dissertação e me ajudou a administrar o pouco tempo que temos para redigir um trabalho.

Aos professores que compuseram as bancas da qualificação e do exame final, pelas observações e acréscimos valiosos.

Aos colegas de mestrado pelo convívio nesse curto momento de nossas vidas, pelos bons momentos, os trabalhos que discutimos, pelas conversas sérias e pelas risadas.

Às meninas da Secretaria da pós-graduação, todas ótimas, atenciosas, prontas a ajudar, pacientes e amorosas no atendimento.

À minha equipe de trabalho, que soube compreender meu esforço e me apoiou.

Aos meus amigos, que, embora tenham reclamado muito da minha ausência na vida social e me ameaçassem esquecer para sempre, disseram, agora, que era tudo mentira...

Aos meus familiares, pai, mãe, irmãos, minha irmãzinha querida, meu cunhado, que me incentivou a fazer o curso de biblioteconomia, minhas cunhadas.

Aos meus queridos filhos e nora, que me animam, Elisa, Hugo e Bianca.

Ao Benjamim, a coisa mais bonita desse mundo, que não entende nada... ainda.

|

Os animais dividem-se em a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) amestrados, d) leões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães soltos, h) incluídos nesta lista, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel finíssimo de pelo de camelo, l) etc., m) que acabam de partir o jarrão, n) que de longe parecem moscas.

Jorge Luís Borges, O idioma analítico de John Wilkins.

RESUMO

O objetivo da dissertação consiste em analisar o instrumento de indexação e recuperação da informação denominado tesouro Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) como um objeto ideológico-discursivo, a partir da perspectiva da Análise do Discurso franco-brasileira e do campo da História das Ideias Linguísticas. O DeCS foi produzido pela Bireme (Biblioteca Regional de Medicina, atualmente, Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde) e pela NLM (National Library of Medicine, isto é, a Biblioteca Nacional de Medicina dos EUA). Para fazer essa análise, a dissertação parte, no primeiro capítulo, do contexto político, social e histórico no qual se insere a criação do glossário do DeCS: a criação de bibliotecas de saúde pela Opas/OMS e as concepções hegemônicas de educação profissional em saúde, inclusive concretizadas na forma de regulamentações e leis. Ainda nesse capítulo, indica-se que a dualidade estrutural constitui uma noção explicativa da educação sob o capital. No segundo capítulo, define-se o DeCS como instrumento linguístico-ideológico, isto é, uma tecnologia metalinguística que define e redefine o saber linguístico, do mesmo modo que gramáticas e dicionários, tendo também um funcionamento discursivo. No terceiro capítulo, efetua-se a análise dos seguintes verbetes relacionados ao campo trabalho, educação e saúde no DeCS: Educação, Currículo, Educação Profissionalizante e Credenciamento. Conclui-se que a dualidade educacional que estrutura a sociedade de classes é necessária para a reprodução do capitalismo e que o DeCS está condicionado por tais determinações, se constituindo em um instrumento discursivo-ideológico. Em última instância, este trabalho busca contribuir para o campo da Biblioteconomia com reflexões sobre discurso e ideologia na leitura, seleção e construção de linguagens documentárias.

Palavras-chave: Tesouro; glossário; análise de discurso; instrumento linguístico-ideológico; trabalho, educação e saúde.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the indexing and recovering tool called Health Science Descriptors thesaurus (DeCS) as an ideological and discursive object using the French-Brazilian Discourse Analysis perspective and the field of History of Linguistic Ideas. DeCS was created by the Latin American and Caribbean Center on Health Sciences, also known by its original name Regional Library of Medicine (BIREME, acronym in Portuguese) and by the US National Library of Medicine (NLM). This work is divided in three chapters. In the first, we consider the political, social and historical background in which DeCS glossary was created: the creation of health libraries by PAHO/WHO, and the hegemonic conceptions of health professional education, including legislation about it. In addition, in this first chapter, we point that structural duality is one of the explanatory notions for education under Capitalism. In the second chapter, we define DeCS as a linguistic-ideological tool, i.e. a metalinguistic technology that defines and redefines linguistic knowledge, just as grammars and dictionaries, and therefore having a discursive function. In the third chapter, we analyze the following entries of DeCS related to the fields of work, education and health: Education, Curriculum, Professional Education and Professional Qualification. From this analysis, we conclude that the educational duality that structures society is necessary to reproduce Capitalism, and that DeCS is conditioned by these determinations, constituting itself as an ideological-discursive tool. At last, this work tries to contribute to the field of Library Science with reflections about discourse and ideology in reading, selecting and construction of documentary languages.

Keywords: Thesaurus; glossary; discourse analysis; linguistic-ideological tool; work, education and health.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa da Rede de Bibliotecas Virtuais em Saúde.....	26
Figura 2	Esquema Ilustrativo da Árvore de Porfírio.....	39
Figura 3	Sistema Figurado do Conhecimento Humano.....	41
Figura 4	Tela Inicial do DeCS 2015.....	56
Figura 5	Tela Consulta ao DeCS.....	56
Figura 6	Tela Inicial do DeCS 2015.....	61
Figura 7	Tela DeCS edição 2015.....	61
Figura 8	Pesquisa pelo termo Organizações.....	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Definição de expressões reforçadas pela Teoria do Capital Humano....	33
Quadro 2	Categorias do DeCS que representam as Ciências da Saúde..	53
Quadro 3	Resultado da busca pelo termo Educação, no DeCS, utilizando o critério “palavra ou termo”.....	58
Quadro 4	Verbetes Educação..	62
Quadro 5	Verbetes Currículo..	67
Quadro 6	Definições das subdivisões da categoria Currículo, no DeCS 2015. . . .	68
Quadro 7	Verbetes Educação Profissionalizante..	69
Quadro 8	Verbetes Educação Profissional em Saúde	69
Quadro 9	Verbetes Credenciamento..	70

LISTA DE SIGLAS

AD	Análise de discurso
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Bireme	Biblioteca Regional de Medicina
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
BVS-EPS	Biblioteca Virtual em Saúde-Educação Profissional em Saúde
CRICS4	IV Congresso Regional de Informação em Ciências da Saúde
DeCS	Descritores em Ciências da Saúde
EPSJV	Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
ETSUS	Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde
Fepafem	Federación Panamericana de Asociaciones de Facultades y Escuelas de Medicina
HIL	História das Ideias Linguísticas
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia
IMLA	Index Medicus Latino-Americano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Lilacs	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
Lildbi	Literatura Latino Americana em Ciências da Saúde / Descrição Bibliográfica e Indexação
MEC	Ministério da Educação
MEDLINE	Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica)
MeSH	Medical Subject Headings (Cabeçalhos de Assuntos Médicos)
NLM	National Library of Medicine (Biblioteca Nacional de Medicina)
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
Opas	Organização Pan-Americana da Saúde
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PubMed	Publicações Médicas

Scielo	Scientific Electronic Library Online
SUS	Sistema Único de Saúde
Unifesp	Universidade Federal de São Paulo
Usaid	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 O TESAURO DeCS, OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS E O CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO E SAÚDE	14
1.1 A CRIAÇÃO DA BIREME	14
1.2 O DESENVOLVIMENTO DO DECS	19
1.3 A CRIAÇÃO DA BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE E DA BIBLIOTECA VIRTUAL TEMÁTICA BVS-EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE	24
1.4 BREVE CRONOLOGIA DA REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSIONALIZAÇÃO EM SAÚDE	26
1.5 A DUALIDADE EDUCACIONAL	28
1.6 CONCLUSÕES PARCIAIS	34
2 O TESAURO COMO UM INSTRUMENTO LINGUÍSTICO-IDEOLÓGICO	36
2.1 O TESAURO E A CLASSIFICAÇÃO DO CONHECIMENTO	37
2.2 A NOÇÃO DE INSTRUMENTO LINGUÍSTICO E A ANÁLISE DE DISCURSO	45
2.3 O DECS COMO UM INSTRUMENTO LINGUÍSTICO-IDEOLÓGICO	50
2.4 CONCLUSÕES PARCIAIS	51
3 EDUCAÇÃO E TRABALHO EM SAÚDE NO DeCS	52
3.1 A ESTRUTURA DO TESAURO DeCS	52
3.2 CONSULTA AO DECS	55
3.3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM ARTICULAÇÃO COM AS CIÊNCIAS DA SAÚDE	61
3.3.1 Educação	62
3.3.2 Currículo	66
3.3.3 Educação Profissionalizante	69
3.3.4 Credenciamento	70
3.4 CONCLUSÕES PARCIAIS	72
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	78

INTRODUÇÃO

Um “tesauro” é uma linguagem artificial criada a partir de termos selecionados e estruturados em determinada área do saber para ser usada na classificação e na indexação¹ da produção literária de uma área de conhecimento, em geral científico. Uma característica relevante dos tesouros é que não permitem ambiguidade e, outra, que podem vir acompanhados de um glossário com as definições de seus termos. No entanto, o que importa notar neste trabalho é que, embora para o senso comum seja difícil perceber, os tesouros, assim como dicionários e gramáticas, podem conformar uma sociedade.

Tal afirmação é comprovável quando se observa que os tesouros em suas definições não apenas determinam os termos essenciais dentro de um campo do saber, mas, mais do que isso, ao o fazerem selecionam, pela escolha vocabular, o que faz parte ou não daquele campo. Assim, o conhecimento que chega à sociedade organizado pela linguagem artificial do tesouro ajuda a conformar nesta sociedade uma visão específica de mundo que, necessariamente, exclui outras.

O objetivo desta dissertação é tomar o glossário do tesouro Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) como um objeto linguístico-ideológico e, para tal, fará uso do campo dos estudos da linguagem, utilizando-se da Análise de Discurso (AD), em sua corrente franco-brasileira, e da História das Ideias Linguísticas (HIL). Analisar o discurso implica em considerar as relações do sujeito com a linguagem em seu tempo e, para capturá-lo nessa perspectiva, é preciso tomar não somente o que é dito, mas o que foi silenciado ou não dito. São as condições de produção do discurso, determinadas pelas relações das classes sociais, em um dado momento sócio-histórico específico, que condicionarão os sentidos que as palavras (ou o silêncio) terão.

Pensando nisso, o glossário do DeCS foi escolhido como objeto desta dissertação porque há uma insuficiência de descritores no DeCS para indexar artigos para compor a base de dados da Biblioteca Virtual de Educação Profissional em Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Osvaldo Cruz. Essa insuficiência de descritores gera um problema para representar os conceitos que compõem esses artigos, os quais tratam de

¹ De forma sintética, Lancaster (2004, p. 6) define a indexação como “pontos de acesso mediante os quais um item é localizado e recuperado, durante uma busca por assunto em arquivos, catálogos ou base de dados”.

assuntos de alta relevância debatidos no meio das lutas sociais em educação, trabalho e saúde. Então, para refletir tanto sobre essa ausência de descritores como para analisar os sentidos atribuídos aos conceitos selecionados à educação no DeCS, buscamos nos referenciais teóricos da AD meios para compreender os processos de constituição desse tesouro.

Como os sentidos de um discurso são representativos das relações sociais produzidas em determinadas condições históricas, analisar os significados dos termos do DeCS, com a profundidade que a AD permite, contribui para submetermos à crítica as escolhas efetuadas na composição desse tesouro. Assim, é possível perceber que tais escolhas implicam o próprio tesouro DeCS como um instrumento linguístico que quer controlar um vocabulário e estabilizar os significados nas ciências da saúde e na educação em saúde.

Essa dissertação visa a análise dos verbetes dedicados especificamente à educação profissional em saúde do DeCS. Para atingirmos esse objetivo, contamos com o aporte teórico fornecido pela AD, da chamada linha franco-brasileira, inaugurada por Michel Pêcheux e desenvolvida, no Brasil, pelo grupo de pesquisa orientado por Eni Puccinelli Orlandi.

O trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro, abordamos o contexto histórico da criação da Biblioteca Regional de Medicina (Bireme) que desenvolveu o DeCS e as Bibliotecas Virtuais em Saúde (BVS), nas quais este é utilizado. Também nesse capítulo, situamos a educação profissional sob a égide do capital, no que concerne à produção e reprodução da dualidade que estrutura o modo de produção de nossa sociedade. Veremos como ocorre a configuração do conhecimento no DeCS à luz desses dois contextos.

O segundo capítulo é dedicado à compreensão do tesouro como um objeto linguístico-ideológico e sua importância na construção da modernidade, assim como à apresentação do arcabouço teórico que sustentará a análise que é feita no terceiro capítulo.

No terceiro capítulo, apresentaremos a análise dos termos que compõem o domínio da educação profissional em saúde no DeCS, indicando seu papel nas lutas sociais no campo trabalho, educação e saúde, a partir da perspectiva dos estudos marxistas sobre a língua.

Em seguida, faremos as considerações finais do trabalho na qual apontamos para o fato de que a dualidade educacional que estrutura a sociedade de classes é necessária para a reprodução do capitalismo e o DeCS está condicionado por tais determinações, se constituindo em um instrumento linguístico-ideológico. Em última instância, a análise aqui efetuada contribui para o campo da Biblioteconomia com reflexões sobre discurso e ideologia no trabalho de leitura, seleção e construção de linguagens documentárias.

1 O TESAURO DeCS, OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS E O CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO E SAÚDE

Conforme indicado na introdução, este trabalho pretende analisar o glossário do DeCS como um objeto linguístico-ideológico, a partir da perspectiva da análise de discurso (AD) franco-brasileira e do campo da história das ideias linguísticas (HIL).

Assim, neste capítulo, discutiremos o contexto político, social e histórico no qual se insere a criação da Biblioteca Regional de Medicina (Bireme) pela Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (Opas/OMS) que desenvolverá o DeCS, a criação de bibliotecas de saúde e as concepções hegemônicas de educação profissional em saúde, inclusive concretizadas na forma de regulamentações e leis.

Para tal, na primeira seção, trataremos da criação da Bireme, comentando seu desenvolvimento, até o momento em que esta biblioteca criou o DeCS e as Bibliotecas Virtuais em Saúde, momentos estes que focalizamos na segunda e terceira seções deste capítulo. Discutiremos, ainda, a dualidade estrutural na educação profissional em saúde, a partir de dois caminhos: uma apresentação cronológica da regulamentação técnica em saúde, na quarta seção, e uma discussão político-educacional das concepções de formação no campo da saúde, na quinta seção.

A seguir, então, com o objetivo de traçar um quadro geral que situe a criação de uma biblioteca central de saúde para a região da América Latina, analisaremos a atuação das instituições que protagonizaram esse momento, a saber, a Opas e a OMS, bem como observaremos seu contexto político. Dentre as diversas políticas que a Opas e a OMS desenvolviam nesses territórios, selecionamos aquelas que convergiam para a necessidade de se ter o campo da saúde visível e organizado.

1.1 A CRIAÇÃO DA BIREME

A Bireme foi criada em março de 1967, num convênio entre a Escola Paulista de Medicina – hoje denominada Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) –, a Opas/OMS, o Ministério da Educação e da Cultura e o Ministério da Saúde do Brasil. Para tal, três

instituições apoiaram essa ideia junto ao governo brasileiro: a própria Opas/OMS²; a Federación Panamericana de Asociaciones de Facultades y Escuelas de Medicina (Fepafem)³; e, a US National Library of Medicine (NLM)⁴ (OPAS/OMS, 2015).

Desde a década de 1950, a movimentação no sentido de organizar a informação em saúde na América Latina em uma biblioteca central coincidiu com as mudanças que ocorriam no cenário internacional, em que a chamada Guerra Fria colocava em disputa modelos distintos de sociedades nos campos econômico, social, ideológico, político e tecnológico, polarizando valores sociais-ideológicos distintos, representados pelos Estados Unidos e a antiga União Soviética. A organização da informação nessa área de interesse era estratégica para produção de novos conhecimentos sobre a região e para um planejamento em larga escala. Os organismos das Nações Unidas, nesse momento, avançavam para influenciar as políticas governamentais, e a criação da Bireme, nesse sentido, teria “um papel fundamental, sobretudo pela generalização das práticas de assistência técnica, transferência de tecnologias e cooperação” (PIRES-ALVES; PAIVA, 2011, p. 156).

Nas décadas de 1960 e 1970, a Opas possuía na América Latina inúmeros programas estabelecidos com os governos no campo da saúde, da educação e na formação profissional em saúde. Ela também propunha modificar currículos dos cursos de graduação em Medicina e dos cursos de saúde pública. No campo ainda da educação, a Opas criou o Programa de Livros-texto, difundindo literatura especializada para professores e estudantes da área da saúde, e apoiou programas de formação de “recursos humanos” (LIMA, 2002). A concepção de “desenvolvimento” de um país, desde a década de 1950, estava atrelada a seus níveis de educação e saúde, de modo que a Opas, como uma agência ligada à Organização das Nações Unidas, se estabeleceu na América Latina para atuar nessas áreas.

No período de 1959 a 1975, quando a Opas estava sob a gestão de Abraham Horwitz, grandes investimentos foram feitos na educação em saúde. Por exemplo, havia um “programa de bolsas [de estudo que] contemplou mais de dois mil profissionais, um aumento de cerca de 70% com relação ao quadriênio anterior” (PAIVA, 2006, p. 180). As bolsas de estudo para

² A Opas, a partir de 1948, com a criação da Organização Mundial de Saúde (OMS), agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU), passou a atuar como um escritório regional da OMS para as Américas.

³ A Fepafem é um organismo não-governamental que reúne a quase totalidade das escolas de medicina do continente americano e “fue constituida oficialmente en 1962 en Viña del Mar, Chile como una institución interamericana de carácter exclusivamente académico y científico cuyo propósito es contribuir al perfeccionamiento de la educación médica en la Américas” (FEPAFEM, 2015).

⁴ A NLM é a Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos e coordena as bibliotecas regionais existentes. Nas palavras de Pires-Alves (2006, p. 3), “ela é uma instituição líder e modelar”, cumprindo esse papel também fora das fronteiras.

universidades norte-americanas difundiam um modelo de prática médica que exigia um hospital superequipado com profissionais especializados e tecnologias que os Estados Unidos e a Europa poderiam vender (máquinas, equipamentos, fármacos). Nessa ocasião, desenvolveu-se uma medicina preventiva, direcionada, sobretudo, às populações mais pobres e uma outra medicina curativa, de alta densidade tecnológica, praticada nos hospitais, para aqueles que poderiam pagar por ela. (LIMA, 2010, p. 190)

Além de distribuir bolsas de estudo, a Opas promovia congressos e seminários, envolvendo professores, pesquisadores, ministros de Estado – ocasiões nas quais as diretivas do Conselho Internacional da Opas eram encaminhadas para discussão na busca de se criar posicionamentos hegemônicos e ações efetivas para atingir seus objetivos.

Um acontecimento marcante que antecede a criação da Bireme foi a reunião de ministros dos países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), no começo da década de 1960, em Punta del Este, Uruguai. Nessa reunião, foi assinada uma carta-compromisso para a realização do projeto *Aliança para o Progresso*. A carta continha dois anexos, com planos decenais para a saúde e para a educação. (PAIVA, 2004, p. 2).

A presença efetiva dos Estados Unidos na América Latina, influenciando governos, conduzindo ações, cresce, a partir de então, alicerçando relações, que envolviam várias dimensões da vida social: a economia, a ciência, a cultura, a política, a educação, a saúde. A estratégia de propagandear ideologia e inseparavelmente transferir tecnologias na área da educação, da saúde e da cultura era motivada pelo embate entre as concepções de mundo fundamentadas no socialismo ou no capitalismo. Além disso, desde a Revolução Cubana, os Estados Unidos temiam perder terreno no restante da América Latina. De fato, Arapiraca (1979, p. 172-173) afirma que a política externa estadunidense teve início efetivo com a Aliança para o Progresso, conforme se pode ler em parte do discurso do embaixador Viron P. Vaky, Secretário de Estado dos Estados Unidos e Assistente para Assuntos Interamericanos, em Punta del Este:

A América Latina, como um todo, é considerada como um elemento muito relevante na estratégia global dos EUA, tanto como aliado internacional quanto como reserva estratégica decisiva de gente e capacidade produtiva [...]. A América Latina continua um importante mercado para exportação, aos quais (sic) os EUA vendem maquinaria, bens de consumo e produtos químicos tanto quanto vende a todo Mercado Comum Europeu, e mais do que ao Japão. (ARAPIRACA, 1979, p. 142-143).

A importância da reserva estratégica de “gente” e da ampliação de mercados significava que era isso que o capitalismo precisava para seguir seu curso. Segundo David

Harvey (2010, p. 20), um dos principais obstáculos para o contínuo acúmulo de capital na década de 1960 foi o trabalho, que, nos Estados Unidos e na Europa, era bem organizado, razoavelmente bem pago e tinha influência política, ou seja, o capital precisava de acesso a fontes de trabalho mais baratas e mais dóceis.

Seguindo essa lógica, países periféricos, como o Brasil, tiveram as suas condições de dependência econômica⁵ aprofundadas, através de uma investida sobre os países da América Latina para ampliar espaço de dominação ideológica. E, nesse campo, sob a tutela da Opas e com o apoio dos governos locais e do Estado, foi colocado em curso uma programação para sedimentar nas universidades as concepções de saúde calcadas na visão estadunidense, incorporando seus referenciais teóricos e metodológicos. Dessa forma, essa programação submetia os países às exigências econômicas dos Estados Unidos, na medida em que a prática dessa medicina estava baseada no uso de fármacos e equipamentos sempre novos, que exigiam especializações e treinamentos técnicos para seu funcionamento.

Em 1964, realizou-se em Poços de Caldas a IV Conferência Latino-Americana de Faculdades de Medicina, promovida pela Opas e Fepafem. Pires-Alves (2006, p. 3) destaca dois fatos importantes: o primeiro é o discurso do presidente da Fepafem, o chileno Amador Neghme, em que “conferiu destaque aos temas da formação pedagógica dos docentes médicos”, além de afirmar que considerava importante “a criação de um ‘centro regional de documentação bibliográfica e de intercâmbio bibliotecário’”. O segundo é que “a NLM apresentou oficialmente a proposta de criação de uma biblioteca regional especializada” (PIRES-ALVES, 2006, p. 3).

Era uma proposição simples: dado um determinado território, apenas uma biblioteca central reuniria as coleções mais completas de periódicos. Todas as demais manteriam coleções básicas e diante de uma demanda não atendida solicitariam à biblioteca central o artigo em formato de cópia. O sistema regional é a repartição de um grande território em “regiões biblioteconômicas” onde uma biblioteca central é apoiada por subcentros. Na terminologia norte-americana, sistemas regionais eram as partes constitutivas do sistema nacional, liderado pela National Library – a biblioteca central deste sistema. A Bireme, segundo o modelo proposto, seria mais uma biblioteca regional integrada a esta topografia. (PIRES-ALVES, 2006, p. 4).

⁵ O conceito de dependência encontrado na literatura tem diferentes abordagens. Como não é objeto deste trabalho aprofundar-se nesse campo, nos balizamos pela citação contida no *Manifesto Comunista*: o capitalismo possui “a necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos [o que] impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre. Ela precisa estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todos os lugares” (MARX; ENGELS, 1998, p. 11).

Desse modo, a ideia de uma biblioteca regional começa a ser concretizada, a partir do modelo da NLM e a tendo como coordenadora. Pires-Alves afirma ainda:

O que é importante salientar é que como protagonista decisiva na sua formatação conceitual da Bireme, a National Library of Medicine propôs uma biblioteca regional latino-americana ao mesmo tempo em que fazia gestões junto ao legislativo norte-americano pela criação, sob a sua liderança, do sistema de bibliotecas médicas dos EUA. A solução latino-americana teve mesmo uma certa precedência. Não fora o tempo relativamente longo, entre a proposição (1964) e o acordo final de implantação (1967), e a Bireme teria sido a primeira biblioteca daquele que viria a ser o sistema da NLM.

Assim, a Bireme foi parte de um movimento da NLM, que transbordava o contexto norte-americano. Concebida para resolver os problemas da informação bibliográfica na América Latina, era também parte da solução para os problemas de uma macrogestão desta mesma informação sob a lógica da NLM. Era para a National Library, uma forma de distribuir custos e ajudar a financiar o próprio esforço de desenvolvimento de tecnologias. A NLM negociou o projeto da Bireme a partir de uma indiscutível posição de força, que derivava, sobretudo, da sua condição de exclusividade, dadas a extensão das suas coleções e a sua expertise método-tecnológica. Não haveria Bireme sem ela. (PIRES-ALVES, 2006, p. 4).

Percebe-se, então, que foi sob a lógica da metodologia da NLM que a Bireme começou a ser pensada, fazendo parte de seu sistema. A proposta era transferir para o novo centro os custos com xerox, correio e pessoal, os quais até então estavam centralizados na NLM e tendiam a crescer com sua expansão. A Resolução número XXI, da XVI Reunião do Conselho Diretor da Opa e XVII Reunião do Comitê Regional da OMS registra:

Considerando que entre los nuevos estudios principales figuran la política en materia de investigaciones biomédicas de la Región, las investigaciones de salud pública en la Argentina, la dinámica de la población y la demografía médica, los centros de adiestramiento de profesores e investigadores, los factores ambientales que determinan el bienestar de la comunidad, la influencia de la malnutrición en el desarrollo mental, las privaciones en el desarrollo psicobiológico y, como parte de un gran esfuerzo encaminado a mejorar las bibliotecas médicas en las Américas, el proyecto de creación de **una biblioteca regional** en este campo; [...]

[Este comitê] RESUELVE: [...]

3. Dar su aprobación a la importancia de que son objeto: a) los programas y las investigaciones para determinar las necesidades presentes y futuras en las Américas, tanto en lo que se refiere a médicos y otros profesionales, como en lo que concierne a personal paramédico y auxiliar, y b) el programa de **creación de centros panamericanos de adiestramiento de profesores e investigadores con el fin de atender la grave escasez de profesores e investigadores calificados en varias ciencias médicas, profesionales de**

otros campos afines y personal paramédico y auxiliar dedicado a actividades de higiene industrial, profesional y ambiental.

4. Tomar nota con satisfacción de las recomendaciones del Comité Asesor sobre Investigaciones Médicas formuladas al Director en cuanto a la política de investigaciones biomédicas en la Región, en el sentido de que las universidades favorezcan **“una corriente de opinión que permita comprender que las investigaciones científicas forman parte de la vida cultural de la comunidad”**, y que los Ministerios de Salud, lo mismo que los de Educación, promuevan y apoyen las investigaciones y los programas de enseñanza superior proyectados para que contribuyan a la solución de los problemas de salud y de desarrollo de la comunidad. (PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION, 1966, p. 33-34. Grifo nosso).

Nesse momento, então, com o apoio da Opas/OMS, Fepafem e NLM, as negociações tornam-se mais produtivas e constitui-se finalmente a Bireme, em março de 1967, a qual nasce como uma biblioteca para atender a América Latina, sendo um Centro Especializado da Opas/OMS, subordinado à NLM, e com o apoio do Governo federal brasileiro. Desde sua criação, a Bireme está localizada em São Paulo, no campus de Guarulhos da Unifesp.

1.2 O DESENVOLVIMENTO DO DECS

Toda biblioteca tem como principal função a organização do conhecimento para sua disseminação. Esse trabalho ocorre pela catalogação e classificação do material organizado. Criada a Bireme, no final dos anos de 1960, teve início um dos seus trabalhos mais importantes, isto é, organizar o conhecimento científico produzido na área das ciências da saúde na América Latina para disseminá-lo. Nesta seção, iremos tratar do desenvolvimento do instrumento da linguagem criada para cumprir esta tarefa, a saber, o tesouro DeCS.

O DeCS, portanto, é uma linguagem documentária. No jargão da biblioteconomia, há uma diferenciação entre linguagem documentária e linguagem natural, sendo esta a “linguagem corrente”, isto é, uma linguagem na qual as palavras não têm valores representativos de conceitos (cf. DODEBEI, 2002, p. 80). Trataremos mais sobre linguagem documentária adiante.

Na década de 1970, a NLM autorizou para tradução e adaptação para o espanhol e o português a sua lista de cabeçalho de assuntos médicos (“medical subject headings”), conhecida pela sigla MeSH. O “cabeçalho de assunto” é um outro termo técnico da biblioteconomia que faz referência às classificações utilizadas na catalogação de itens de um acervo e que também é linguagem documentária, predefinida pelos sistemas de classificação

utilizados em cada biblioteca⁶. A lista MeSH, então, foi constituída a partir dos termos pré-definidos usados na catalogação e extraídos dos assuntos dos documentos selecionados para constar do acervo da NLM.

Em relação às linguagens documentárias, interessa lembrar rapidamente o conceito de tesouro, já definido na introdução deste trabalho. Os tesouros são linguagem documentária e são compostos de relações conceituais.

Como o tesouro DeCS teve sua origem em uma lista de cabeçalhos de assunto e, em instrumentos como esse, não havia a preocupação em se representar conceitos, grande parte de seu vocabulário é em linguagem natural. Trouxemos esse aspecto porque observamos na literatura da área da Biblioteconomia que esse fato provoca discordâncias em considerá-lo um tesouro propriamente dito, pois, segundo algumas regras biblioteconômicas, o tesouro é constituído apenas por conceitos. Alguns autores (WEISS, 2011, p. 10; SANTOS, 2002, p. 42; BOCCATO; FUJITA, 2006, p. 20) o tratam como um híbrido entre lista de cabeçalho de assuntos e tesouro. Nesta dissertação, não discutiremos essa questão e nos concentraremos apenas no fato de ser um instrumento que estabiliza sentidos para a área das ciências da saúde, sem nos centrarmos em possíveis tipologias. A rigor, então, podemos questionar se o DeCS é um tesouro, mas preferimos chamá-lo de tesouro, tendo como referência a definição na página Portal do Modelo BVS: Gestão, Metodologias e Tecnologias (2016).

Tesouro. Vocabulário estruturado que aponta os relacionamentos hierárquicos, associativos ou de preferência dos termos (descritores). *Ver também* Vocabulário controlado.

Vocabulário controlado. Vocabulário controlado ou estruturado. Coleção de termos organizados e relacionados utilizados para a indexação e a recuperação de documentos. Servem como interface entre os documentos e os usuários. (PORTAL, 2016).

Essa definição é feita com base na metodologia Lilacs, sobre a qual trataremos mais adiante. Para a Lilacs, “tesouro”, “vocabulário controlado” e “vocabulário estruturado” têm o mesmo significado e “glossário” é definido como “vocabulário para controlar usos restritos”.

Em 1972, o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas adquiriu um terminal Olivetti que ligava, através do Satélite Intersalt, a Bireme à NLM, no sistema Medline (que se constituiu em uma base de dados da literatura internacional da área biológica e biomédica, criada pela NLM, em 1966 (cf. SILVA; FERLA; GALLIAN, 2006, p. 108):

⁶ Note-se que, para Gomes (1996), os cabeçalhos de assunto “são um produto tipicamente americano para tratamento dos assuntos dos livros e para organização do catálogo alfabético de assunto. [...] Eles estão na origem dos instrumentos alfabéticos para tratamento de informação”.

Esse sistema atuava com um acervo de 2.300 revistas, localizadas em 180 bibliotecas médicas operando nos Estados Unidos, nove no Canadá e na Inglaterra e uma na França. O Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas apoiou o projeto, financiando a compra dos equipamentos, quando foi assinado um acordo entre a Bireme, o Instituto de Energia Atômica, a Opas e a NLM. Em abril de 1974, o sistema começou a funcionar em procedimento *on-line*, ou seja, com um banco de dados do sistema Medline conectado a um computador IBM, com terminais adquiridos pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Os sistemas passaram a ser recebidos em Brasília, Rio de Janeiro e Recife em agosto de 1975, também com o auxílio de computador IBM do Instituto de Estudos Avançados, da USP. (SILVA; FERLA; GALLIAN, 2006, p. 108).

Este acontecimento marca o início de um novo período da Bireme em que assume a vanguarda, no Brasil, em utilização de recursos tecnológicos, integrando-se agora em tempo real às bibliotecas que utilizavam o Medline.

A NLM publicava então o **Index Medicus**, que continha, inclusive, a indexação de 43 títulos da América Latina, o que significa dizer que 43 periódicos da América Latina foram selecionados por serem mais reconhecidos internacionalmente. Em 1979, a Bireme publicou o **Index Medicus Latino-Americano (IMLA)**:

O IMLA, inicialmente, reuniu a produção científica de aproximadamente 200 publicações, estando incluídos 76 títulos brasileiros e, em menor número, publicações da Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

O IMLA deu visibilidade internacional às pesquisas dos autores latino-americanos, estimulando a divulgação de seus trabalhos. Quando se idealizou a confecção do IMLA, o primeiro passo tomado foi identificar os títulos que participariam da obra. Baseados nos critérios da UNESCO foram analisados os títulos correntes que existiam na Bireme na época e consultados especialistas de outros países latino-americanos, para que informassem quais os títulos a serem considerados. Desse processo, resultou uma lista provisória de títulos a serem estudados para indexação. (CAMPUS VIRTUAL EM SAÚDE PÚBLICA, 2015).

O trabalho desenvolvido na confecção do IMLA funcionava com os profissionais realizando uma crítica da tradução e da pertinência do termo para realidade brasileira, ao indexarem empregando termos do MeSH. Esses profissionais apontavam necessidades de adaptação da lista de cabeçalho de assuntos às necessidades específicas da região, o que originou, no futuro, por um lado, a inclusão de categorias próprias ao DeCS que o diferenciam

do MeSH e, por outro, uma metodologia própria às bibliotecas de saúde latino-americanas foi desenvolvida.

O IMLA repercutiu nos países em que a Opas/OMS marcava presença, como podemos ver a seguir:

A Bireme recebeu com satisfação, da Organização Mundial da Saúde, em sua sede Regional para a África, em Alexandria, um documento comunicando que os países africanos estão desejosos de reproduzir em seu continente a bem-sucedida experiência do IMLA. Neste documento, tecem-se considerações importantes, que enfatizam as dificuldades surgidas na elaboração de um projeto dessa natureza, como: que título dar à obra, em que língua deveria ser publicada, se a indexação deveria ou não ser centralizada em um país, se conteria exclusivamente artigos de periódicos, quais os periódicos que deveriam ser analisados, se deveria conter resumos, quais os requisitos necessários para os indexadores executarem satisfatoriamente sua tarefa, qual deveria ser sua periodicidade, uma análise do custo operacional etc.

Uma proposta similar foi feita para efetivar a criação do Australian Medical Index (AMI) para artigos não incluídos nas fontes internacionais existentes, mas acrescentando, nesta obra, relatórios governamentais, capítulos de monografias, resumos de congressos e outros. O processo de produção do AMI já está em andamento.

Soubemos também do interesse dos países do Sudeste Asiático e da China de estudar um programa semelhante ao nosso. Assim, nossa iniciativa talvez tenha seguidores, o que desejamos que ocorra para o bom desenvolvimento da informação biomédica. (PIEGAS; NOWINSKI, 1981, p. 93).

No trecho acima, podemos identificar o impacto do empreendimento do IMLA em sua época e as carências que os países envolvidos tinham em comum: tecnologias informáticas e necessidade efetiva de mão-de-obra qualificada (documentalistas/bibliotecários). A Opas/OMS articulava, nesses países, uma proposta de organização do conhecimento na área da saúde, conduzindo, de certa forma, a atuação dos Estados – uma vez que sempre estabelece um movimento conjunto.

Em 1985, a Bireme⁷ concluiu a tradução do MeSH, dando origem ao vocabulário estruturado DeCS – Descritores em Ciências da Saúde, e, nas décadas seguintes, ele foi acrescido com as categorias Saúde Pública, Homeopatia, Ciência e Saúde e Vigilância Sanitária, para “permitir melhor indexação da literatura técnica e científica da região” (BIREME/OPAS/OMS, 2015b).

⁷ Em 1982, a Bireme (Biblioteca Regional de Medicina) alterou seu nome para Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, mas conservou a sigla Bireme, preservando, assim, a identidade construída historicamente por seu trabalho.

Para que se tenha uma ideia da quantidade de trabalho despendida pelas equipes da Bireme ao longo desses quinze anos, podemos constatar, nos exemplos de atualizações, a seguir, o caráter dinâmico impresso no DeCS, que acompanha, sobretudo, as políticas governamentais. A categoria SP - Saúde Pública foi criada em 1986 e reúne cerca de 3.500 descritores; a categoria HP - Homeopatia, criada em 1991, com ajuda de especialistas da Associação Paulista de Homeopatia, reúne aproximadamente 2.000 descritores; a categoria SH - Ciência e Saúde, criada em 2005 em parceria com a OPAS/IKM/RC, reúne aproximadamente 220 descritores; a categoria VS - Vigilância Sanitária, criada em 2005 em parceria com o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, de responsabilidade da Gerência de Gestão de Conhecimento Técnico-Científico - GETEC, Gerência Geral de Gestão de Conhecimento e Documentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), do Ministério da Saúde, reúne aproximadamente 830 descritores (DeCS, 2015a).

No final da década de 1980, o controle bibliográfico da produção científica, a formação dos denominados recursos humanos e os serviços de pesquisa bibliográfica passam a ser efetuados pelos centros produtores dos países que compõem a América Latina, utilizando material desenvolvido pela Bireme, na composição da chamada “Metodologia Lilacs”, desenvolvida a partir de 1982 (METODOLOGIA, 2015). Chama-se controle bibliográfico uma série de procedimentos técnicos criados para monitorar e organizar a produção de informação de determinado local. No caso, a Bireme desenvolveu essa metodologia para a área da saúde e descentralizou suas funções, na medida em que compartilhou essa responsabilidade.

A Lilacs (Literatura Latino-americana e do Caribe em ciências da saúde) foi criada em 1985 e é um repositório de informação sobre a produção científica e técnica em saúde que teve sua origem no IMLA e é resultado do esforço de centenas de centros cooperantes em 37 países. Hoje a Lilacs é a principal referência em sua área de escopo e complementa as bases de dados Medline e Web of Science⁸ (METODOLOGIA, 2015).

Revendo, então, os pontos principais desta seção, percebemos que o nascimento e o desenvolvimento do tesouro DeCS foram consequências do trabalho de tradução do MeSH. Nesse percurso, foi criado o IMLA, que permitiu o desenvolvimento de uma metodologia para treinar profissionais e descentralizar o trabalho da Bireme/Opas/OMS. Dadas as necessidades

⁸ A *Web of Science* é um repositório para pesquisa multidisciplinar que propaga ideias que “apenas as informações mais influentes, relevantes e credíveis serão incluídas [em suas pesquisas], permitindo que descubra a sua próxima grande ideia mais rapidamente”. E, ainda, afirma que possui: melhor conteúdo multidisciplinar; tendências emergentes; conteúdo específico de áreas; dados de pesquisa; ferramentas de análise. O acesso aos periódicos é obtido através de assinatura, em sua grande maioria, paga.

específicas da região da América Latina, adições foram feitas à lista original do MeSH e hoje fazem parte do DeCS.

1.3 A CRIAÇÃO DA BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE E DA BIBLIOTECA VIRTUAL TEMÁTICA BVS-EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

Nesta seção, iremos tratar do surgimento das Bibliotecas Virtuais em Saúde (BVS), as quais são coordenadas pela Bireme. A ampla difusão do uso da Internet no mundo estimulou a pesquisa científica neste meio, o que proporcionou a criação dessas bibliotecas temáticas para disseminação da informação.

Em 1998, durante o IV Congresso Regional de Informação em Ciências da Saúde realizado em San José, Costa Rica, a BVS é lançada por meio do documento **Declaração da Costa Rica – Para a Biblioteca Virtual em Saúde**. Em 1999, a BVS do Brasil tem início com duas bibliotecas, a BVS-Saúde do Adolescente (em maio) e a BVS-Saúde Pública (em novembro). A seguir, já com um convênio firmado com o Ministério da Saúde, tem início a BVS-Odontologia, a BVS-Enfermagem e a BVS-Psicologia. Em 2008, com o apoio da Bireme/Opas/OMS e do Ministério da Saúde do Brasil foi lançado, durante o VIII Congresso Regional de Informação em Ciências da Saúde, realizado no Rio de Janeiro, o portal da BVS Brasil.

Como parte integrante da Biblioteca Virtual em Saúde para América Latina e Caribe, a BVS Brasil tem por objetivo convergir as redes temáticas brasileiras da BVS e integrar suas redes de fontes de informação em saúde, fortalecendo-as e dando visibilidade as mesmas por meio do Portal da BVS Brasil. As fontes de informação da BVS Brasil são oriundas das BVS Temáticas Nacionais, obedecendo a seus controles de qualidade e metodologias. (BVS-BRASIL, 2015).

Os controles de qualidade mencionados dizem respeito à política de coleta, seleção, descrição, indexação de documentos e geração de bases de dados estabelecidos pela metodologia Lilacs em seus manuais, guias e aplicativo. Em suma, foram esses métodos criados e desenvolvidos pela Bireme, no decorrer de três décadas de trabalho, que possibilitaram a formação da rede de Bibliotecas Virtuais em Saúde de forma descentralizada.

Em 2006, a BVS-Educação Profissional em Saúde (BVS-EPS), da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, foi certificada pela Bireme. A BVS-EPS foi criada para atender aos profissionais da área de educação em saúde que trabalham com o ensino médio,

universitário e de pós-graduação. Dentre as BVS existentes na rede do Brasil, essa é a única que destaca o trabalho dos técnicos em saúde.

Atualmente, há 33 bibliotecas no âmbito regional e todas as BVS utilizam um aplicativo chamado LILDBI-Web⁹ desenvolvido pela Bireme compondo a Metodologia Lilacs e que prevê a utilização do DeCS como uma ferramenta de indexação. Para que se tenha uma dimensão do alcance dessa organização, listamos a relação das BVS hoje existentes no Brasil. Esclarecemos que as bibliotecas “em desenvolvimento” são as que não foram certificadas pela Bireme:

1. BVS-Brasil
2. Adolpho Lutz
3. Determinantes Sociais da Saúde
4. Doenças Infecciosas e Parasitárias
5. Educação Profissional em Saúde
6. Enfermagem
7. Homeopatia
8. Integralidade
9. Medicina Veterinária e Zootecnia
10. Odontologia
11. Psicologia
12. RIPSAs
13. Saúde Pública
14. FIOCRUZ
15. Instituto Evandro Chagas - SVS/MS
16. Ministério da Saúde
17. Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP)
18. Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo (SMS-SP)

Iniciativas em desenvolvimento

19. Adolescência
20. Aleitamento Materno
21. Atenção Primária à Saúde
22. Biodiversidade
23. Bioética e Diplomacia em Saúde
24. Carlos Chagas
25. Economia da Saúde
26. Educação em Ciências da Saúde
27. Envelhecimento
28. Evandro Serafim Lobo Chagas
29. Hanseníase
30. Prevenção e Controle de Câncer
31. Violência e Saúde
32. Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul (SES-RS)
33. UNIFESP Trajetória Científica

⁹ O nome LILDBI-Web é uma sigla que vem do nome Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LIL) – Descrição Bibliográfica e Indexação (DBI). Antes de ir para a *web* essa metodologia para descrever e indexar era chamada somente de LILDBI.

Note-se que as BVS pertencem a uma rede de bibliotecas virtuais com presença em quase todos os continentes, como se pode ver na ilustração a seguir:

Figura 1 – Mapa da Rede de Bibliotecas Virtuais em Saúde



Fonte: BIREME/Opas/OMSb, 2015.

Na figura, o algarismo no interior do círculo representa o número de BVS existentes no país. Essa rede de BVS é coordenada pela Bireme, como supramencionado, e, em 2014, já contava com 116 instâncias em operação regular em 31 países (BIREME/OPAS/OMS, 2015a).

1.4 BREVE CRONOLOGIA DA REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSIONALIZAÇÃO EM SAÚDE

Em linhas gerais, vimos nas seções anteriores algumas ações de organismos internacionais e do governo brasileiro que se concretizaram na criação da Bireme.

Conforme foi anunciado, nosso objeto de estudo é o discurso do glossário do DeCS para a educação profissional em saúde. Entendemos que, para estudar o DeCS, é preciso observar, de forma panorâmica, a organização formal da educação no Brasil para entrar em contato com as lutas sociais que acontecem no campo da educação, trabalho e saúde e, assim, contextualizar os conceitos materializados no DeCS.

Na história da educação do Brasil, o termo Educação Profissional aparece como proposta nos princípios da Escola Nova, nas primeiras décadas do século XX, anunciando a valorização da profissionalização em todos os níveis para deselitizar a escola e torná-la mais prática, em detrimento de um ensino abstrato, “incapaz de intervir na reconstrução da própria vida social” (AZEVEDO apud REZENDE, 2003, p. 7).

Em 1946, o Decreto-lei nº 8.535 criou diretorias subordinadas ao Ministro da Educação e Saúde para orientar e fiscalizar a aplicação das leis do ensino nas instâncias do ensino superior, ensino secundário, ensino comercial e ensino industrial, mas somente em 1961, com a Lei nº 4.024 – a primeira que fixa diretrizes e bases para a educação nacional –, foi-se permitido criar cursos de educação profissional em saúde.

Nesse mesmo ano de 1946, foi criado o curso superior em enfermagem e, em 1966, o curso técnico em enfermagem. Esses fatos repercutiam na área da saúde, que não apresentava, no escopo das políticas públicas, a preocupação com a capacitação dos profissionais na área técnica. Até então, poucas eram as instituições que ministravam cursos de formação em enfermagem ou cursos de qualificação para auxiliares. Destacamos, no Rio de Janeiro, a Escola Anna Nery, criada em 1923, e o curso de Primeiros Socorros, criado na década de 1940 pela Legião da Boa Vontade (PEREIRA; RAMOS, 2006, p. 30-32).

Em 1971, a Lei nº 5.692, elaborada no período da ditadura civil-militar, reformará os ensinos de primeiro e segundo graus, tornando compulsória a profissionalização no segundo grau. De acordo com a carga horária na área da saúde, havia a possibilidade de se formar técnicos com habilitação plena, parcial ou básica (BRASIL, 1971). A 5.692 deixava claro que a função da escola seria a de formar trabalhadores, em consonância com o espírito desenvolvimentista da época.

Em 1996, houve nova reforma com a Lei de Diretrizes e Base para Educação n.º 9.394, ainda em vigor. O Decreto nº 5.154, de 2004, regulamenta a educação profissional conforme alguns artigos dessa LDB e, segundo este decreto, a educação profissional pode ser “integrada”, quando é realizada junto com o ensino médio; “concomitante”, para aqueles que estão cursando o ensino médio, no caso, com duas matrículas diferentes; e, “subsequente”, após a conclusão do ensino médio. A LDB de 1996 cria ainda uma série de outras subordinações:

A LDB [nº 9.394/96] foi seguida de uma série de instrumentos legais que vieram no sentido de regulamentar o disposto na lei. [...] Criou-se, assim, uma verdadeira trama legal, normatizadora, que foi instituindo a reforma da educação profissional brasileira, operando mudanças entre as quais se

destaca a Educação Profissional, com a modularização da educação, o currículo por competências e a separação entre a formação geral e a formação técnica. (MOROSINI, 2010, p. 71).

Como notou Morosini acima, a LDB vigente enfatiza uma reforma educacional enredada em leis e decretos, priorizando uma maneira modular da educação. Essa educação modular se refere (cf. Parecer CNE/CEB 16/99) ao fato de essa modularização dos cursos poderem sofrer modificações constantes, de acordo com as necessidades de adaptação dos trabalhadores ao “mundo do trabalho”.

Por essa cronologia panorâmica, então, percebemos que a legislação brasileira no tocante à educação profissional veio mudando ao longo do século XX e acreditamos que tais mudanças ocorram de acordo com as necessidades de formação da força de trabalho de cada época. Resta-nos agora, pensar como ocorre a preservação da dualidade que estrutura a forma de produzir e como essa dualidade se relaciona com a educação na forma das leis.

1.5 A DUALIDADE EDUCACIONAL

A educação, na sociedade capitalista, anda de mãos dadas com a forma de produzir e reproduzir o capital, a qual gera a vida de forma desigual e desumana, uma vez que a promoção do desenvolvimento humano integral não é um fator prioritário nesta forma social. Assim, a palavra “educação”, para senso comum, tem seu sentido cristalizado e significa apenas “preparar-se para o trabalho” nos moldes da sociabilidade existente. Somente uma pequena parcela da população consegue obter uma educação mais completa e emancipadora.

A breve cronologia da seção anterior serve para observarmos que a preocupação com a educação profissional no Brasil começa com o processo de transformação de um país agrário para um país industrializado. Ou seja, quando a ideia de “desenvolvimento” entra na pauta das políticas governamentais, surge a necessidade de escolarizar os trabalhadores e qualificá-los minimamente para a indústria nascente. Assim, percebe-se uma divisão existente na forma de conceber a educação no Brasil e que é constitutiva de uma sociedade de classes.

Antes mesmo do primeiro período lá mencionado, no início da República, quando a educação não era uma política pública, o Estado manifestou interesse em ensinar os “órfãos, pobres e desvalidos”, para conter a criminalidade advinda da ociosidade que acompanhava o desamparo de menores (MÜLLER, 2009, p. 2). A educação para um ofício foi pensada pela primeira vez pelo Estado para a classe social desprovida de condições de acesso a uma vida

digna, ou seja, como uma exceção – os que tinham oportunidade poderiam buscar uma educação intelectual.

Na década de 1930 e 1940, para formar a mão de obra necessária ao crescimento industrial, o Estado criou departamentos, inspetorias dentro dos ministérios e a ideia de ensinar uma profissão para o povo, preparando-o para uma suposta “sociedade desenvolvida economicamente”. Essas ideias concretizaram-se em decretos-lei e, em 1946, na criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Até então, como foi dito anteriormente, a preocupação com as profissões da área técnica da saúde não existia.

Nos anos 1950, a Teoria do Capital Humano, formulada por Theodore Schultz, afirmava que o investimento em educação e saúde resolveria todos os problemas de iniquidades entre países e indivíduos. No entendimento de Frigotto (2015, p. 5), essa teoria é apenas uma doutrina que não leva em conta “o processo histórico marcado pela desigualdade entre as classes sociais e as nações” e contribuiu, naquele momento, para sedimentar a ideia de ascensão social via méritos, além de servir de justificativa ao Estado para “moldar os sistemas educacionais de acordo com seus interesses de classe”. (FRIGOTTO, 2011, p. 5). O expediente de criar uma formulação que explica a desigualdade social sem considerar a exploração do trabalho de uma classe não é neutro; ele atende aos interesses daqueles que não pretendem efetivamente acabar com a desigualdade e sim dar curso à acumulação de capital.

As reformas educacionais realizadas nas décadas de 1960 e 1970 foram embaladas por essas ideias já anunciadas na Carta de Punta del Este e concretizadas nos Acordos MEC/USAID, que, em 1965, logo após o golpe civil-militar, tiveram seu início. Foram, no total, 12 acordos firmados entre o Ministério da Educação e Cultura e a USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (ROMANELLI, 1998).

Esses acordos implementaram profundas mudanças no sistema educacional brasileiro em todos os seus níveis (do ensino fundamental ao superior), bem como nas esferas de seus planejamentos e funcionamentos administrativos. A abrangência desses acordos, segundo Romanelli (1998, p. 213), evidenciou a importância atribuída à educação pelo setor externo “na integração e no posicionamento das sociedades periféricas, no contexto geral do capitalismo internacional”. O discurso oficial era de que a educação poderia proporcionar sucesso ao plano político-governamental da ditadura ao promover desenvolvimento, mas, na verdade, temos aqui um reducionismo do conceito de educação, ao considerá-la um bem econômico, uma mercadoria. Além disso, os acordos e as reformas implementadas reforçavam junto à classe trabalhadora a mentalidade individualista e competitiva de que os

melhores postos na sociedade são para os que mais estudam, mais se especializam, mais trabalham, mais têm méritos, fomentando o espírito capitalista na sua dimensão meritocrática.

O conceito de “recursos humanos em saúde” para designar os trabalhadores da saúde foi também influenciado pela noção de capital humano. A IV Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1967, ratificou os compromissos lançados no Primeiro Plano Decenal de Saúde para as Américas e teve como tema os recursos humanos.

Nesse contexto, difunde-se a ideia da formação de técnicos de saúde de nível médio em função das necessidades de um suposto mercado de trabalho para estes profissionais surgidas em decorrência do crescimento econômico acelerado no tempo do ‘milagre econômico’ brasileiro (1968-1974) e da introdução de sofisticados equipamentos médicos no processo de trabalho em saúde, no âmbito hospitalar. (PEREIRA; LIMA, 2009).

A formação de técnicos de saúde se dará através de treinamentos nos ambientes de trabalho. A ideia era a de que esses trabalhadores se tornassem capazes de executar novas tarefas advindas do avanço tecnológico dos hospitais e que se qualificassem de maneira mais satisfatória para sua rotina. Essa rotina, dentro do plano, previa a formação no nível médio de maneira formal, e elementar, com treinamentos rápidos para executores de tarefas simplificadas, nos dois casos sob a coordenação de pessoas de nível superior. De qualquer forma, a ideia era a de que a educação seria um “capital” adquirido para a inserção no mercado (LIMA, 2010, p.192).

Em 1971, a Lei nº 5.692, como supracitado, reformou os ensinos de primeiro e segundo grau e tornou a profissionalização no segundo grau compulsória. Segundo Frigotto (2011, p. 5), essa lei, inspirada na noção de capital humano, deixa clara a ideia de que a dualidade escolar é uma exigência estrutural da sociedade de classes, uma vez que o capitalismo se estrutura a partir da acumulação que uma classe social realiza ao explorar a força de trabalho da outra. A dualidade estrutural é a divisão, nas sociedades capitalistas, da formação em dois tipos, a saber, a educação intelectual e a educação instrumental, voltada para o trabalho, ou seja, uma para cada tipo de sujeito, segundo suas classes sociais: trabalhadores ou burgueses (KUENZER, 2007, p. 1156).

A mais impactante mudança que essa lei prescreve, dentro de uma concepção produtivista para a educação, é a de inserir nos currículos, a partir do primeiro grau, disciplinas voltadas para a profissionalização, e, obrigatoriamente, formar técnicos no segundo grau. Isso deixa transparecer que a intelectualidade ficaria reservada aos poucos que, seguindo seus estudos, ingressassem na educação superior.

Na década de 1980, assistimos ao fim da ditadura civil-militar, à ascensão dos movimentos sociais, à promulgação de uma nova Constituição. Nessa década, uma das questões que estava na pauta dos movimentos sociais era justamente a formação do trabalhador. Esta discutida formação, no contexto da incorporação de novas técnicas, redefinindo o modo de produzir num momento de crise do capitalismo, incitava questões decisivas, as quais precisavam ser respondidas. O debate ocorria entre as duas classes antagônicas, e o que estava em jogo era o modelo que se queria criar, tanto no que diz respeito ao acesso universal, público e gratuito quanto na forma de encarar os processos educativos. A proposta dos setores defendendo a classe trabalhadora era de uma educação que rompesse com a dualidade estrutural, que fragmenta a escola e sacramenta a divisão da sociedade, naturalizando a competição desigual.

A VII Conferência Nacional de Saúde, sob o tema *Extensões das ações de saúde através dos serviços básicos*, aconteceu nesse contexto de ascensão dos movimentos sociais dentro de um processo de abertura política. Um dos pontos da pauta era o *Desenvolvimento de recursos humanos para os serviços básicos de saúde* e nele foi elaborada a proposta de “criação do projeto de *Formação em Larga Escala de Pessoal de Nível Médio e Elementar*, mais conhecido como “Projeto Larga Escala” (BRASIL, 1980). Esse projeto, desenvolvido nacionalmente, aproveitou a experiência em projeto governamental anterior e sua preocupação maior foi a de qualificar os auxiliares (trabalhadores de nível elementar, ou seja, sem o curso primário completo).

Segundo Pereira e Ramos (2006, p. 36), a Lei nº 5.692/71 tem característica dual e classista, além de traduzir uma crença infinita na tese desenvolvimentista da economia capitalista. No entanto, nos espaços gerados pelas contradições, essa lei criou possibilidades para que educadores comprometidos com a profissionalização dos trabalhadores da saúde desenvolvessem o Projeto Larga Escala e criassem as Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (ETSUS), preocupadas em desenvolver o pensamento reflexivo como condição para reformular a prática em saúde e promover a formação da consciência crítica (RAMOS, 2009).

A interconexão do mundo através de uma grande rede de informações mudou as relações sociais e criou novas possibilidades de desenhos sociais em todos os planos da sociedade, interferindo em organizações políticas, em economias, em culturas. Contudo, paralelamente, discursos de apropriação dessas transformações foram forjados, enquadrando essa nova realidade em interesses que dizem respeito a uma nova face do capitalismo.

A partir da década de 1990, em decorrência do aprofundamento do receituário neoliberal no Brasil e das configurações de uma “nova divisão internacional do trabalho”¹⁰ com os mercados globalizados, o capital se estabelece onde encontra mão de obra mais barata. A educação profissional, por sua vez, vem se moldando a essas novas exigências de lucro em todos os níveis. A formação educacional em geral adquiriu um aspecto mais aligeirado, para se ter um trabalhador com um perfil flexível, capaz de se adaptar às exigências de um mercado frenético, com concorrências acirradas. As instituições educacionais cada vez mais se submetem à lógica neoliberal hegemônica, dessa forma, cresce o distanciamento que há entre um projeto emancipatório e a prática educativa em nossa sociedade.

O capital já não necessita de todos diretamente e, portanto, não há lugar para a estabilidade do trabalhador. Há apenas lugar para os mais “competentes” ou os que desenvolvem, ao longo de sua vida, aquelas qualidades técnicas e psicossociais que interessam ao mercado. Cada indivíduo tem que isoladamente negociar o seu lugar e moldar-se com a flexibilidade que o mercado necessita e pelo tempo que necessita. (FRIGOTTO, 2011, p. 27).

Em meados dos anos 1990, o Banco Mundial entra em cena apregoando a necessidade de desenvolver uma “cara mais humanizada” para o capitalismo, reconhecendo os efeitos perversos do neoliberalismo face às críticas vindas de diversos setores (MOTTA, 2011, p. 43). Nesse momento, no Brasil, um plano para a reforma do aparelho de Estado entra em curso para reformar as formas administrativas, consideradas ultrapassadas. Assim, as parcerias entre empresas públicas (ditas inoperantes) e as privadas (ágeis e inovadoras) crescem, sobretudo na área da saúde e da educação: na saúde, as Organizações Sociais de Saúde implementam uma privatização por dentro do SUS; na educação, são criados convênios entre governos e empresas privadas, como, por exemplo, o Programa Universidade para Todos (Prouni).

Segundo Frigotto (2011, p. 27), é nesse contexto de luta individual pela sobrevivência, sem proteção de direitos, que nas relações de produção e nas relações sociais “emergem as noções de sociedade do conhecimento, qualidade total, pedagogia das competências, empregabilidade, empreendedorismo e capital social”. Esses termos, na verdade, mascaram o sentido concreto da realidade em que se inserem e direcionam a formação da classe trabalhadora às novas necessidades do capital, jogando com valores reconhecíveis,

¹⁰ “No atual contexto de globalização, a expressão ‘nova divisão internacional do trabalho’ tem sido usada para designar as mudanças no mercado, na distribuição de capital e das empresas, bem como no fluxo da força de trabalho entre os países, especialmente a relação ‘centro-periferia’. Ou seja, a relação países capitalistas desenvolvidos, países emergentes e países pobres ou com pouco potencial competitivo na economia global” (HENK, 1988 apud PIRES-ALVES, 2009).

solidificados. Também segundo ele (FRIGOTTO, 2011, p. 27), essas noções “rejuvenescem a teoria do capital humano” e, com base nesse autor, procuramos resumi-las no quadro abaixo:

Quadro 1 – Definição de expressões reforçadas pela Teoria do Capital Humano

<i>Sociedade do conhecimento</i>	Ideia de que a tecnologia pode superar as desigualdades e a sociedade de classes.
<i>Qualidade total</i>	Trabalhador produz uma mercadoria ou um serviço, em menor tempo, dentro das prescrições, ao custo menor possível e com vantagens competitivas. (Ideia derivada da nova base científico-técnica da produção e da organização e gerência do trabalho).
<i>Empregabilidade</i>	Noção que busca apagar da memória o direito ao emprego, como se o <i>fim do emprego</i> fosse algo positivo para a competitividade.
<i>Competência e pedagogia das competências.</i>	A <i>pedagogia das competências</i> vincula-se a uma visão mercantil e ao trabalho flexível, instável e precário. O trabalhador deve buscar as competências que o mercado exige e adaptar-se a elas a qualquer preço ou, então, deixar o lugar para outrem sem (ou com o menor) custo para o empregador.
<i>Empreendedorismo</i> †	O empreendedorismo desloca a responsabilidade de conseguir trabalhar para os trabalhadores. Para a grande maioria, trata-se de um convite ao trabalho informal e precário, totalmente desprotegido dos direitos sociais.

Esse vocabulário introduzido na linguagem corrente, conforme foi afirmado, serve para mascarar a realidade, além de criar, a médios e longos prazos, um consenso na sociedade, uma vez que o Estado através de programas colabora para reforçar a ideia de que esses conceitos representam uma saída para as questões colocadas (cf. NEVES, 2010).

Segundo Motta (2011, p. 42), a Lei de Diretrizes e Base para Educação nº. 9.394, de 1996, introduz “os arsenais ideológicos da competitividade como fator de inserção do país no mercado mundial e da empregabilidade, justificando o investimento no capital humano, e no desenvolvimento de habilidades para as novas configurações produtivas”. O objetivo, então, seria o de pautar a formação do trabalhador para um novo tipo de sociedade em que a tecnologia seria a propulsora de um novo desenvolvimento.

Segundo Kuenzer (2007), o atual regime de acumulação, dito flexível, “ao aprofundar as diferenças de classe, aprofunda a dualidade estrutural, como expressão cada vez mais contemporânea, da polarização das competências”. O aprofundamento das diferenças de

classe social a que se refere Kuenzer é sentido no aumento da oferta de escolas profissionais. Essa necessidade demonstra, segundo a autora, que a precarização do trabalho, marcada por perdas de direitos sociais, requer da classe trabalhadora conhecimentos diversificados que se encontram disponíveis em cursos ligeiros ministrados à noite ou à distância. Essa dualidade estrutural, a que a maioria da população está submetida e que a classe dirigente nega ao afirmar que estatisticamente a distribuição da educação é mais equânime, na verdade, está mais profunda e sedimenta com ela a ideia de que o desenvolvimento de competências é natural. Por isso, o Estado multiplica possibilidades de cursos, traça metas, cria programas através dos quais efetua mil parcerias com o setor privado concretizando, na realidade, o caráter mercadológico que a educação adquiriu nas últimas décadas. Através de programas governamentais, verbas públicas alimentam pequenas, médias e grandes corporações financeiras que atuam no mercado educacional, como é o caso da Kroton, a maior do mundo, com mais de um milhão de estudantes (STRECKER, 2015), da Anhanguera, do Grupo Anima, entre outros.

Baseada nos fundamentos da LDB nº 9.394, foi criado o Plano Nacional de Educação (PNE), em 2014, que traça metas educacionais para um decênio. O PNE, segundo Leher (2014), “expressa a vitória do setor mercantil da educação”, considerando que hoje grande parte dos programas governamentais já acontece através de parcerias público-privadas e de subsídios diretos do Estado para o setor privado, conforme pontuamos acima.

Dentro desse panorama, a educação técnica voltada para a formação no nível médio em saúde é realizada, em sua maioria, através de cursos ofertados pela rede privada. No entanto, existem alguns cursos ministrados através dos programas governamentais para formação de recursos humanos apoiados pelo Ministério da Saúde, em consonância com o PNE, e também outros, desenvolvidos pela Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS), da qual fazem parte 36 escolas, em todos os estados, conveniadas com governos municipais ou estaduais. Existe ainda uma única escola pública que fornece educação integrada ao ensino médio na área da saúde no Brasil, a saber, a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.

1.6 CONCLUSÕES PARCIAIS

Neste capítulo, para situarmos nosso objeto de estudo, percorremos a criação da Bireme, o nascimento e desenvolvimento do DeCS e a constituição das Bibliotecas Virtuais em Saúde. Como nosso objeto é o discurso do DeCS nos verbetes relacionados à educação para o trabalho em saúde, tratamos também, neste capítulo, da formulação da legislação pelo

Estado e sua relação com a noção de dualidade estrutural, a qual é necessária para reprodução do capitalismo.

Observando-se seu contexto de criação, entende-se que o DeCS está condicionado por determinações históricas e se constitui em um instrumento linguístico. Devido a dualidade da legislação brasileira que lida com a educação, percebe-se que o sentido que a educação profissional ganhou, em geral, é o de uma educação para qualificar o trabalhador para o mercado, ficando restrito a um círculo menor, o sentido de qualificar o trabalhador de modo mais substancial, fornecendo-lhe meios de elaborar críticas ao sistema complexo que o inscreve também como uma mercadoria, uma vez que vende sua força de trabalho.

Assim, no contexto atual de uma reestruturação produtiva no mundo do trabalho, se exige da educação a formação rápida de um trabalhador mais flexível para que se adapte às exigências do mercado. As instituições educacionais, cada vez mais, se submetem à lógica neoliberal hegemônica de vender credenciamentos.

No próximo capítulo, formularemos uma concepção do DeCS como instrumento linguístico-ideológico, tomando como referências a análise franco-brasileira de discurso e o campo da história das ideias linguísticas.

2 O TESAURO COMO UM INSTRUMENTO LINGUÍSTICO-IDEOLÓGICO

No capítulo anterior, tratamos de apresentar o objeto de análise desta dissertação, observando como se deu a criação e o desenvolvimento do DeCS. Além disso, vimos também a criação da Bireme, o desenvolvimento da legislação brasileira referente à educação e sua dualidade estrutural, uma vez que iremos focalizar verbetes do DeCS ligados à educação profissional em saúde.

Neste capítulo, iremos, primeiramente, discutir as noções de classificação, o conceito de tesouro na modernidade. Em seguida, destacamos as contribuições que a AD e a HIL que serão mais relevantes para a análise do DeCS. A partir daí, passamos à discussão dos significados do DeCS como um instrumento linguístico-ideológico.

Na primeira seção, pretende-se mostrar como filósofos gregos e medievais desenvolveram formas de descrever e sistematizar o conhecimento acerca do mundo. O intuito é o de demonstrar como as classificações filosóficas inspiram o tratamento dado à informação na biblioteconomia, na criação de linguagens documentárias para indexação e recuperação de acervos especializados. Desde já, anunciamos que não entraremos a fundo nesses conceitos, pois o objetivo é traçar linhas gerais da história da constituição do tesouro, para melhor entendimento de nosso objeto de estudo que é o DeCS, não do ponto de vista biblioteconômico, de como sua estrutura se compõe, mas de seu discurso.

Na segunda seção, trataremos do conceito de *gramatização*, processo estudado por Auroux. Ao considerar o fenômeno da *gramatização* como uma grande revolução, elevou os dicionários e as gramáticas à categoria de poderosos instrumentos linguísticos que, ao facilitar o aprendizado de várias línguas, contribuíram para descobertas científicas e influíram diretamente nas mudanças sociais que ocorreram no século XVIII.

Além disso, apresentaremos os dispositivos teóricos desenvolvidos pela AD da linha franco-brasileira usados na análise do DeCS no terceiro capítulo. Nessa perspectiva, desde já, apontamos que os textos do glossário do tesouro DeCS não representam para nós uma verdade, mas se constituem em objetos construídos pela interpretação e pelo diálogo com outros textos, tornando-se simbolicamente discurso de uma determinada classe social.

Por fim, trataremos da constituição do DeCS como um objeto linguístico-ideológico, uma vez que, ao estabilizar um vocabulário, ele intervém na relação entre a língua e o sujeito, buscando naturalizar a ideologia da classe que representa.

2.1 O TESAURO E A CLASSIFICAÇÃO DO CONHECIMENTO

Para demonstrar como as classificações filosóficas gregas e medievais iniciaram o tratamento dado à informação e a criação de linguagens documentárias para indexação e recuperação de acervos especializados, fazemos agora uma breve reconstituição da história dos tesouros.

Aristóteles foi o primeiro filósofo a teorizar sobre o assunto da classificação sistemática do conhecimento. Segundo Chauí (2002), no livro VI da **Metafísica**, o filósofo apresenta a finalidade do conhecimento (ou ciência – *epistème*) e da ação (*práxis* ou *poíesis*) e, ao mesmo tempo, trata do princípio de cada uma delas. Assim temos que:

[a] diferença da natureza das coisas investigadas faz com que os princípios e as causas em cada ciência sejam diferentes das das outras e permitem classificá-las em três grandes grupos: **teoréticas**, cujo fim é a verdade, **práticas**, cujo fim é o bem humano, e **produtivas** ou **poiéticas**, cujo fim é uma obra. (CHAUÍ, 2002, p. 346. Grifo nosso).

Interessa-nos aqui registrar o método da sistematização que Aristóteles propõe, recortando o universo da produção do conhecimento de sua época segundo o estabelecimento de um princípio lógico. Aristóteles classifica as ciências teoréticas segundo o *movimento*. São suas categorias:

A **física**, ou ciência dos seres que possuem em si mesmos o princípio do movimento e do repouso. São ciências físicas teoréticas: a ciência da natureza (que [...] hoje chamamos de física), a biologia (estudos dos animais e das plantas) e a psicologia (pois a *psykhe* é um tipo de movimento e repouso).

As **matemáticas**, ou ciência dos seres imóveis e separados de qualquer matéria, tendo apenas formas, mas essas formas só existem, de fato, impressas na matéria. [...] podem ser estudadas em si mesmas, sem relação com a materialidade em movimento. São as ciências matemáticas teoréticas: aritmética, geometria, música ou acústica, astronomia (que estuda os astros imperceptíveis). (CHAUÍ, 2002, p. 347).

A terceira categoria é reservada à filosofia e, de acordo com seu uso, classifica-se como *filosofia primeira* (estudo dos primeiros princípios), ou *teologia* (quando se refere ao ser imutável, princípio do mundo), ou *metafísica* que é o estudo do “ser enquanto ser”, isto é, sua essência e seus atributos enquanto ser. A lógica, como podemos observar, não ocupa nenhum lugar na classificação, pois, para Aristóteles, ela é uma disciplina propedêutica (que vem antes) e é fundamental para analisar, provar, descrever as verdades encontradas (CHAUÍ, 2002, p. 357-9).

Na obra **Categorias**, Aristóteles trata de analisar a linguagem e afirma que “o ser se diz de muitas maneiras”. Para ele, as categorias¹¹ definem, através de seus predicativos, o objeto referente. Em sua obra **Metafísica**, o grego enumera as categorias e afirma a importância que confere à materialidade (substância ou essência), uma vez que investiga os princípios, as causas e a natureza dos seres:

Substância ou essência, *ousía* (por exemplo, homem)
 Qualidade (por exemplo, branco)
 Quantidade (por exemplo, dois metros)
 Relação (por exemplo, o dobro)
 Onde, isto é, lugar (por exemplo, em casa)
 Quando, isto é, tempo (por exemplo, ontem)
 Como, isto é, posição (por exemplo, sentado)
 Posse (por exemplo, estar armado)
 Ação (por exemplo, corta)
 Paixão (por exemplo, estar cortado)
 (CHAUÍ, 2002, p. 359)

De acordo com Aristóteles, as categorias não são nem verdadeiras e nem falsas. Somente quando elas se aproximam e combinam com outra – estabelecendo uma proposição ou um juízo – que poderemos demonstrar e provar o que pretendiam. São as ligações entre as categorias que podem ser verdadeiras ou falsas (CHAUÍ, 2002, p. 362).

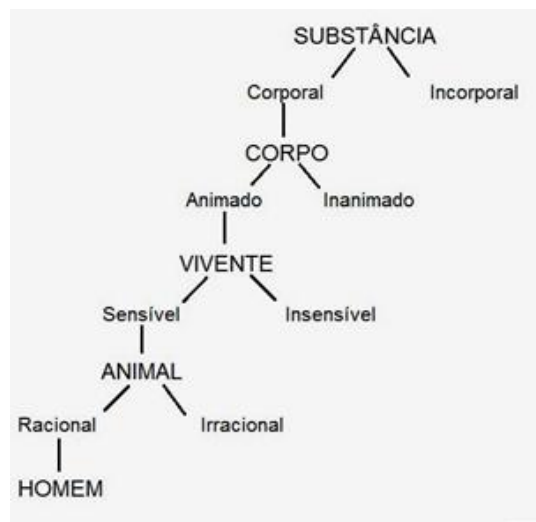
A categoria substância/essência não pode ser predicada a outras, é individual e não tem contrário. Outras duas propriedades lógicas qualificam as categorias de Aristóteles: a extensão (e.g. o conjunto entes que podem ser chamados de *homem*) e a compreensão, isto é, o conjunto de propriedades que um mesmo termo indica ou significa (no caso, a compreensão de homem é formada por termos como *bípede*, *mamífero*, *racional* etc.) (CHAUÍ, 2002, p. 362).

¹¹ Para Aristóteles, *kategoría* são coisas que servem para designar outras. São índices do que uma coisa é ou faz. São gêneros supremos de predicados de uma coisa ou de um sujeito. Categoria deriva de *kategoréo*, que significa: “falar contra, acusar, revelar, tornar visível, dar a conhecer, exprimir, significar e afirmar. *Kategoría* significa: acusação, indicação, atributo de alguma coisa, predicado” (CHAUÍ, 2002, p. 359).

Toda caracterização que fizemos, até aqui, acerca do pensamento de Aristóteles, foi no sentido de afirmar a existência de uma aproximação de seu método aos procedimentos de construção de tesouros, conforme veremos em maior detalhe adiante. Como exemplo, podemos citar a formulação do conceito de categoria que, no tesouro, apresenta uma centralidade (substância) objetiva, que se desdobra em predicados e em propriedades, para se tornar melhor compreendida.

A partir das categorias de Aristóteles, o filósofo Porfírio (século IV) desenvolveu uma classificação explicitando dicotomias. Seu principal aspecto é o de criação de oposições para reduzir a distinção entre o que se apresenta ou não, como podemos observar abaixo:

Figura 2 – Esquema ilustrativo da Árvore de Porfírio



Fonte: JAPIASSU, 1996.

Na classificação de Porfírio, temos pela primeira vez um arranjo hierárquico que parte da categoria mais geral para a mais específica, passando por gêneros e espécies até chegar à unidade mínima a ser representada. Ao retomar o trabalho de Aristóteles, Porfírio avança também no sentido de representar o conhecimento do mundo, abarcando seu avesso. Ele apresentou sua visão para os conceitos Aristóteles em sua **Eisagoge** (isto é, “introdução”).

Nela, os conceitos de Porfírio, são apresentados como subordinando-se logicamente do geral ao particular, da maior extensão à maior compreensão. O texto teve uma profunda influência na Filosofia medieval europeia, transformando-se num texto obrigatório nas escolas e universidades medievais [...]. Inspirou diversos filósofos como Pedro Abelardo, Tomás de Aquino, Guilherme Ockham [...]. Animou a filosofia por dez séculos (476 a 1492), originando diversas representações arborescentes e é uma espécie de

antecessora das classificações dos seres – das modernas classificações taxonômicas. (ANJOS, 2008, p. 36)

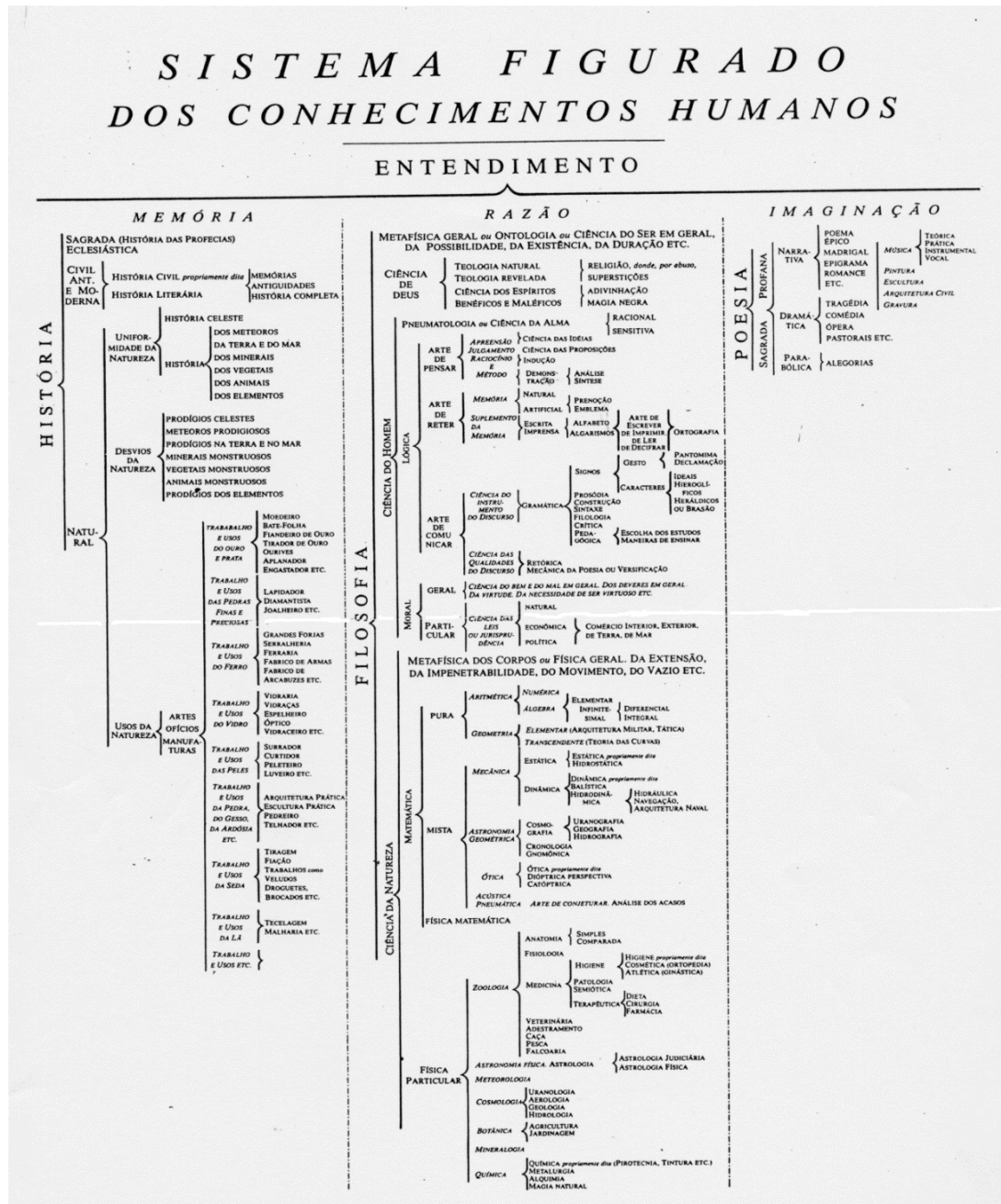
É preciso dizer que toda classificação arborescente é redutível à dicotomia, o que quer dizer que são limitadas, baseando-se em presença ou ausência de determinada propriedade. A **Eisagoge** tem um caráter pedagógico. Nela, os estudos aristotélicos são exemplificados e por isso Porfírio, tido como divulgador de Aristóteles, tornou-se também muito lido.

Quando a centralidade das concepções para o agir e o pensar deixa de ser Deus, ou seja, quando o homem religioso se converte naquele que quer ter direitos de tudo conhecer e nomear, a razão passa a guiar as reflexões. A necessidade de colocar todo o conhecimento humano sistematizado à disposição da humanidade foi o que moveu, em meados do século XVIII, Diderot e d’Alembert a escreverem a **Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers**, uma grande obra que contou ainda com importantes contribuições de Bacon, Voltaire, Rousseau e Montesquieu e movimentou politicamente a Europa.

A crença no poder da razão impulsionava o homem, naquele momento, e o colocava desafiando a Igreja e estimulando um conhecimento abrangente contra crenças estabilizadas. As classificações dicotômicas não eram suficientes para representar o mundo que percebiam, era necessário desatar as amarras de uma classificação voltada para resolver questões intrínsecas (coerência, lógica, dissolução de ambiguidades etc.) para se poder classificar em prol de uma perspectiva pragmática, voltada para suas externalidades. O “*Système figuré de connoissance humaines*”, artigo de Diderot para sua **Encyclopédie**, baseava-se em uma classificação esquemática que apresentava três chaves principais para o entendimento dos conhecimentos humanos: a Memória, que possibilita o conhecimento da História; a Razão, que ocupa lugar central e possibilita o conhecimento da Filosofia, que, por sua vez, se divide em Metafísica, Ciências do homem e Ciências da natureza; e a Imaginação que contém a Poesia (*poíesis*, i.e. ação de fabricar, confecção artesanal)¹².

¹² O “Sistema figurado dos conhecimentos humanos” está disponível no site The ARTFL Project, produzido em cooperação com o Laboratório Analyse et Traitement Informatique de la Langue Française – ATILF do Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS, e a Division of the Humanities and Electronic Text Services – ETS da University of Chicago. Disponível em: <<https://encyclopedie.uchicago.edu/content/systeme-figurè-des-connaissances-humaines-0>>. Acesso em: 31 ago. 2015. A Enciclopédia está disponível no site The ARTFL Project. Disponível em: <<https://encyclopedie.uchicago.edu/node/161>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

Figura 3 – Sistema Figurado do Conhecimento Humano



Fonte: Wikipedia, 2016.

O intuito de apresentar esse breve histórico é o de afirmar que as classificações concebidas no âmbito da Filosofia modificam o espaço social pela interação que produzem, apesar de apresentarem sempre esquemas globais, incluindo uma visão de mundo, ao mesmo tempo em que são produzidas em determinadas condições, dependentes de relações sociais. Nessa perspectiva, apesar de aparentar distância com o campo da biblioteconomia, que tem necessidades mais práticas e imediatas, as classificações filosóficas e as biblioteconômicas estão próximas, porque estão concretamente inseridas no mesmo contexto histórico e possuem em comum o mesmo objeto, que é o conhecimento. Prova disso é que em cada momento

histórico se tem um tipo de biblioteca e, sem dúvida, cada organização de acervo e cada classificação está baseada nas ideias (filosóficas) correntes. Por isso, podemos afirmar que as discussões e as lutas sociais que ocorrem na sociedade perpassam os sistemas de classificação.

Diante disso, podemos dizer que na Idade Média a *Árvore* de Porfírio contribuiu para consolidar uma visão dicotômica e hierarquizada da sociedade, tanto quanto a sociedade daquela época validou a classificação de Porfírio. O mesmo ocorre no século XVIII, quando Diderot e D’Alembert, ao darem início à organização da **Enciclopédia**, instauram discussões que vão refletir na organização dos conhecimentos científicos, no comportamento, na cultura, na política de seu tempo – o que contribuirá para inaugurar novas posturas sociais, legitimando a classificação dada.

Auroux, em relação à construção do saber, afirma:

porque é limitado, o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de retrospectão (Auroux, 1987b), assim como um horizonte de projeção. O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina, o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro, sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber. (AUROUX, 2009, p. 12).

A espessura temporal referida por Auroux pode ser também entendida na historicidade das classificações e seus efeitos na sociedade. Com o significativo aumento de publicações e a divisão das ciências, no século XVIII, surgiram as primeiras bibliotecas especializadas nas universidades da Europa e, de acordo com Albuquerque (2012), a classificação filosófica de Bacon, que já servira para organizar a enciclopédia de Diderot e d’Alembert, inspirou sistemas de organização bibliográficas.

Em 1852, em Londres, o inglês Peter Mark Roget publicou o **Thesaurus of english words and phrases**, listando as palavras por ordem de ideias – concepção que será utilizada pela biblioteconomia, anos mais tarde, para organizar arquivos. O nome “tesauro”, ou sua forma antiga “tesouro”, já circulava desde séculos antes, com o significado de “relação de palavras”, “enciclopédia”, “dicionário”:

Motta (2005), citando Mikhailov et al. (1973), afirma que o termo tesauro já havia sido utilizado anteriormente, tendo sido empregado por Brunetto Latini (1220-1294) para designar uma enciclopédia sistematizada que ele chamou de **Os livros do tesouro**. Em 1532, Thierry e R. Etienne publicaram o livro **Dicionário ou tesouro do idioma latino**, um dicionário da língua latina em arranjo alfabético. Quarenta anos depois, A. Etienne publicou

outro dicionário empregando o termo: **Thesaurus language Graecae**, iniciado por seu pai R. Etienne. Em 1736, o **Shorter Oxford Dictionary** registrou o uso da expressão inglesa “thesaury or storehouse of knowledge”, definindo o termo como “tesouro ou armazém de conhecimento, similar a um dicionário ou a uma enciclopédia” (MOTTA, 2005).

Embora saibamos que, em um dicionário, as acepções apresentadas não sejam as únicas possíveis, graças a essa tecnologia, elas são reproduzidas e permanecem registradas na História. Através desses registros, então, podemos chegar aos contextos sócio-históricos que produziram uma determinada acepção. Assim, o sentido de *tesouro* atribuído pelo **Shorter Oxford Dictionary** “a uma reunião de palavras e suas definições”, seja em um dicionário ou em uma enciclopédia, reafirma, não somente, a importância da formação do léxico de uma língua, mas permite que conheçamos a História.

O **Thesaurus of English Words and Phrases** ficou conhecido como o *Roget Thesaurus*, que, citado por Gomes, nos explica:

O propósito de um dicionário comum é simplesmente explicar o significado das palavras; e o problema para o qual ele pretende oferecer a solução pode ser apresentado assim: - Sendo dada uma palavra, encontrar seu significado ou a ideia que ela pretende trazer consigo. O que se almeja com este empreendimento é exatamente o contrário: a saber - Tendo-se a ideia, encontrar a palavra, ou as palavras, pelas quais a ideia possa ser expressa de maneira mais adequada e ajustada. Com este objetivo, as palavras e frases da língua estão arranjadas aqui não de acordo com seu som ou sua ortografia, mas estritamente de acordo com seu significado. (ROGET apud GOMES, 1990, p. 13).

Na verdade, como esclarece Gomes (1990, p. 13), Roget publicou um dicionário analógico, “mas sua forma de apresentação foi tão original que a palavra *thesaurus* ficou, na área de documentação, associada à forma de organização do vocabulário de indexação/recuperação”.

Outro aspecto pertinente sobre o *Roget Thesaurus* é que a inovação de acessar a informação através de uma abstração, de uma representação mental, de um sentido, foi possível somente após todas as reflexões advindas do período antecedente a sua criação. Diderot, no verbete *encyclopedie*, escreve:

Quer o universo seja real ou inteligível, há uma infinidade de pontos de vista sob os quais pode ser representado e o número dos sistemas possíveis do conhecimento humano é tão grande como o desses pontos de vista. (DIDEROT apud POMBO, 2003, p. 8).

Dentro dessa acepção de Diderot, podemos afirmar que “não há nenhuma razão para que saberes situados diferentemente no espaço-tempo sejam organizados do mesmo modo, selecionem os mesmos fenômenos ou os mesmos traços de fenômenos” (AUROUX, 2009, p. 14), o que fortalece a ideia de que a ciência, como produto da história dos homens em suas relações sociais, está em interação com os aspectos econômicos, políticos e linguísticos do contexto em que é produzida.

Foi após a II Guerra Mundial, com a chamada explosão informacional, que um maior número de tesouros foi criado, conforme afirma Dahlberg:

No final da década de 1950 e durante a década de 1960, prevalecia uma insatisfação geral com os sistemas convencionais de classificação universal, o que provocou o desenvolvimento de *thesauri*, primeiro nos Estados Unidos e mais tarde em muitos outros países. A partir de então, a construção de *thesauri* tornou-se uma paixão amplamente conhecida; todos os serviços de informação importantes não podiam deixar de elaborar seus próprios [...]. Se não tivesse havido uma real necessidade de representação de assuntos mais específica do que a aplicação de notações dos sistemas de classificação tradicionais nos últimos vinte anos, os *thesauri* não teriam proliferado tão amplamente. (DAHLBERG, 1972).

A citação acima faz parte de artigo dos Anais da Conferência Brasileira de Classificação Bibliográfica, promovida pelo Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT), e completou 43 anos. Desde então, muitos tesouros mais foram e continuam sendo criados, o que demonstra a necessidade desse sistema de classificação.

A ideia de Peter Mark Roget de acessar a informação por conceitos foi considerada uma grande novidade, constituindo-se em uma orientação, no sentido de que seria possível criar uma forma de classificação mais profunda de documentos ao se isolar os conceitos de uma área do conhecimento. Essa prática autoriza alguns leitores especializados a selecionarem e interpretarem a informação, escolhendo, dessa forma, os significados que querem disseminar.

Resumindo, na contemporaneidade, a confecção de um tesouro envolve (ou recupera), de certa forma, toda a história de sua criação. Isso se percebe porque, em primeiro lugar, é preciso efetuar-se um recorte na realidade que se quer representar, e todo recorte pode ser considerado como uma classificação. Em seguida, os conceitos envolvidos são selecionados para que se possam estabelecer as categorias utilizadas. Em terceiro, é necessário que se estabeleça uma organização na rede de relação entre os termos, criando hierarquia e associações (gêneros e espécies). Por fim, os conceitos serão definidos num glossário, para que se saiba exatamente do que está se falando.

A contemporaneidade viu a demanda por esse tipo de sistema crescer gradativamente desde o fim da II Guerra Mundial, com a complexificação das áreas científicas, nas quais os tesouros auxiliam enormemente na organização e recuperação de conhecimento. No entanto, fica claro que termos ali guardados estabilizam um significado específico, razão pela qual pretendemos fazer sua crítica com o aporte teórico da AD, como veremos na seção a seguir.

2.2 A NOÇÃO DE INSTRUMENTO LINGUÍSTICO E A ANÁLISE DE DISCURSO

Buscamos, nessa seção, apresentar o quadro teórico utilizado para a análise de discurso do glossário do DeCS de acordo com os conceitos desenvolvidos na AD de linha franco-brasileira e na HIL. Para essa análise, trabalharemos com alguns conceitos da AD dos quais trataremos mais detidamente nesta seção, a saber: “condições de produção”, “ideologia”, “memória”, “interdiscurso” e “interpretação”. Antes disso, contudo, apresentaremos a noção de instrumento linguístico. Para tal, discutiremos o conceito de “gramatização”, conforme proposto por Auroux.

Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário. (AUROUX, 2009, p. 65).

Sendo assim, percebe-se que Auroux considera a gramatização uma revolução tecnolinguística que permitiu ao Ocidente uma posição privilegiada, em relação ao restante do mundo. O termo “tecnolinguística” refere-se ao fato de que os instrumentos gramáticas e dicionários são uma tecnologia, na qual a matéria-prima trabalhada é a língua e através da qual se constituem metalinguagens (AUROUX, 2009, 7-12).

Auroux detalha esse processo de trabalho metalinguístico que aconteceu no Renascimento europeu com a produção de

dicionários e gramáticas de todas as línguas do mundo (e não somente dos vernáculos europeus) na base da tradição greco-latina. Esse processo de “gramatização” mudou profundamente a ecologia da comunicação humana e deu ao Ocidente um meio de conhecimento/dominação sobre outras culturas do planeta. (AUROUX, 2009, p. 9).

Esse grande evento, segundo o autor, constitui-se em uma revolução tecnológica tão importante quanto a revolução agrária do Neolítico e a Revolução Industrial. A elaboração do pensamento sobre a língua (as hipóteses levantadas sobre a possibilidade de todas as línguas

derivarem de uma única fonte) e a rápida evolução dos estudos depois da imprensa, a tradução (em caracteres latinos, por aproximação de sons) das várias línguas ágrafas existentes (e.g. línguas ameríndias) e os estudos comparativos possibilitaram “a constituição de um *corpus* de exemplos decisivo para a gramatização” (AUROUX, 2009, p. 67).

Assim, entende-se que as gramáticas e os dicionários, na Idade Média e no Renascimento, proporcionaram não somente o acesso a outras culturas e a outros saberes, mas revolucionaram várias áreas do conhecimento com novas descobertas, preparando a sociedade para mudanças.

A partir da definição de gramatização, fica claro que ela proporciona uma mudança radical na vida social. Dessa forma, entendemos que, à sua semelhança, os tesouros e seus glossários, na prática da indexação, podem modificar a paisagem do campo científico, pois reproduzem a visão que se quer hegemônica. Por isso, podemos afirmar que o tesouro é um instrumento linguístico tanto quanto dicionários e gramáticas.

A essa noção de instrumento linguístico adicionaremos a consideração de que é na prática, em determinado momento sócio-histórico, que os conceitos se constituem e se relacionam e marcam a língua ideologicamente, possibilitando que estudemos sua historicidade.

O discurso pode ser considerado também uma prática. E assim, o dicionário é produto de práticas exercidas em determinadas conjunturas. Segue disso que ele é produzido e, para sua análise, é preciso conhecer suas condições de produção. Como todo discurso, o dicionário tem uma história, ele constrói e atualiza uma memória, reproduz e desloca sentidos, inscrevendo-se no horizonte dos dizeres historicamente constituídos. A Análise de Discurso estabeleceu um quadro teórico e uma metodologia para compreender a constituição histórica dos sentidos. Em meio às ciências da linguagem, a AD caracteriza-se por articular língua, sujeito e história. (NUNES, 2006, p. 18).

O discurso é uma prática, porque envolve interação e produção de posicionamentos (não é neutro), em determinadas condições sócio-históricas, por isso é local de manifestação da ideologia. Ao definir as *condições de produção* do discurso, Nunes (2006, p. 19), citando Pêcheux, afirma que é preciso que se considere os fatores “externos” à língua para analisarmos o discurso, pois são as formações sociais e os sujeitos que realizam sentidos pela materialidade da língua, provocando diferentes efeitos.

As denominadas “condições de produção” a que Pêcheux (1997) se refere, na formulação da AD, são aquelas condições que delimitam histórica e socialmente o sentido determinado de um discurso. Ou seja, o que a AD denomina de condições de produção são as

circunstâncias sociais e históricas que contextualizam o discurso, atribuindo-lhe sentido. Nessa perspectiva, o discurso está inserido em uma prática social e possui *marcas* da classe social em que foi produzido. Essas *marcas* são ideológicas, de modo que concordamos com Orlandi quando afirma que “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua” (ORLANDI, 2009, p. 16). Isso quer dizer que interesses sociais de uma classe se concretizam na língua, num dado momento histórico, e podem se chocar com interesses de outra classe na prática social.

Dessa forma, o primeiro conceito da AD com o qual trabalhamos é o de “condições de produção”. Precisamos, nesse ponto, definir melhor os demais conceitos com que analisaremos o DeCS. Antes disso, frisamos que esses conceitos não são compreendidos separadamente ou deslocados do tempo, do espaço e de um propósito. Eles são compreendidos na AD em justaposição (não em camadas, mas ligados) dando consistência à linguagem. Nas palavras de Orlandi (1994, p. 53), discurso é “o efeito de sentido entre locutores”, o que nos leva a pensar em dois fatos: no funcionamento da linguagem e na produção de sentidos entre os sujeitos. Esse funcionamento da linguagem diz respeito às condições de produção ou, podemos dizer, ao que é exterior à língua. As frases encadeadas em um discurso não têm um sentido único, mas sentidos que funcionam entre sujeitos, em determinado momento, em um acontecimento social.

Pêcheux (1996, p. 149-150), em sua teoria materialista do discurso, define o sujeito como aquele que é interpelado pela ideologia. Isso quer dizer que para analisar as produções discursivas precisamos compreender os mecanismos de produção e de reprodução de uma sociedade, considerando nela as lutas de classe ou, dizendo de outra forma, os embates ideológicos. É nesse sentido que ele afirma que “ideologias não se compõem de ideias, mas de práticas” (PÊCHEUX, 1996, p. 143) materializadas no discurso.

Ao comentar a afirmativa de Althusser (1996), “a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos”, Pêcheux (1996, p. 146) sustenta que existe *uma* ideologia dominante que circula em toda sociedade com significado cristalizado e aceito, operando de forma indeterminada, e existem também, contraditoriamente, *ideologias*, as quais só existem quando praticadas por e para sujeitos. Compreendemos, então, que o indivíduo, ao incorporar de forma naturalizada uma ideia corrente, a reproduz ao seu modo em sua linguagem, sendo interpelado pela ideologia sem se dar conta, isto é, assujeitando-se. Ao se assujeitar, contraditoriamente, ele se constitui como sujeito de seu discurso e se insere em uma corrente de pensamento, se filiando a uma formação ideológica, embora submetido à ilusão de plena autonomia e autoria.

Logo, é nas formações discursivas que podemos analisar como a ideologia se manifesta no discurso, produzindo sentidos. A formação discursiva se define “como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada e em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e o que deve ser dito” (ORLANDI, 2009, p. 20).

Nesse ponto, é importante acrescentarmos que também fazem parte das condições de produção as noções de “memória” e de “interdiscurso”. Orlandi (2009, p. 33) afirma: “para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido” e é esse fenômeno, que envolve a “memória” e o “esquecimento”, que Pêcheux denomina de *interdiscurso*. Ou seja, “interdiscurso” é o diálogo com um discurso de origem “esquecida”, em que resta apenas uma ideia naturalizada, independente de um enunciado (PÊCHEUX, 2009, p. 53). Interdiscurso é memória absorvida. Acionando o que é conhecido e que não sabemos como foi parar em nós, é que ocorrem os deslizamentos de sentidos. No discurso podemos observar a presença da ideologia (esquecida) com o que foi selecionado ou apagado (“ideologias”).

Nunes (2008) chama atenção para a importância da análise do discurso documental, definindo-o como aquele produzido por instituições que têm interesses específicos na constituição de arquivos¹³. Arquivos podem, então, ser entendidos também como uma memória institucionalizada. Essa memória tem relações com o interdiscurso:

o que estamos chamando arquivo é a memória institucionalizada, estabilização de sentidos. No arquivo, o dizer é documento, atestação de sentidos, efeito de relações de forças. Se no interdiscurso há o que se deve dizer, mas também o que se pode dizer e mesmo a possibilidade de se dizer o irrealizado, o arquivo repousa sobre o realizado, menos sobre o que pode e muito mais sobre o que deve ser dito. No arquivo há, assim, um efeito de fechamento. Se o interdiscurso se estrutura pelo esquecimento, o arquivo é o que não se esquece (ou o que não se deve esquecer). Se no interdiscurso fala uma voz sem nome (cf. Courtine), no arquivo fala a voz comum, a de todos (embora dividida). (ORLANDI, apud NUNES, 2008, p. 89).

Podemos dizer que a teoria da AD, ao explicitar os processos de construção do discurso, permite que sentidos fixados institucionalmente em arquivos sejam conhecidos. Como afirma Pêcheux (1997), é a materialidade da língua, a discursividade do arquivo que necessitamos reconhecer para que se produza reflexão sobre os efeitos da constituição dessa memória que estabiliza sentidos e os efeitos da leitura de arquivos.

¹³ A palavra *arquivos* aqui está sendo usada na acepção dada por Pêcheux (1997), isto é, a reunião de documentos sob um mesmo assunto.

Essas conclusões levam-nos ao conceito de “interpretação”, que trabalha em conjunto com a produção de sentidos.

Toda descrição [...] está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (**a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente**). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. (PÊCHEUX, 2008, p. 5. Grifo nosso).

Na citação acima, Pêcheux se refere ao equívoco da língua para sublinhar que não há sentidos em si, mas que eles se constituem em referência às suas condições de produção. Os sentidos ultrapassam as palavras, podendo sempre ser outros. No entanto, quando a “interpretação é interdita” – como é caso dos vocabulários controlados de uma linguagem documentária – a estabilização de sentidos é explícita. A interpretação, no caso da construção de uma linguagem documentária, ocorre no momento anterior a sua utilização, isto é, no momento da escolha dos termos que irão representar os conceitos selecionados e de suas definições. Aos usuários – o pesquisador, ao realizar uma busca; o autor, quando procura termos para adicionar uma palavra-chave em seu artigo; as revistas científicas, que estabelecem seu escopo; as bases de dados, que definem um perfil para sua constituição; o bibliotecário indexador – a todos esses, cabe apenas reproduzir aquele termo que foi definido institucionalmente, reproduzindo um posicionamento e controlando novos discursos na sociedade.

Cabe ainda assinalar, sobre a citação anterior, que o modo de produção capitalista, tenta separar a prática científica da prática política, afirmando que o homem, no singular, produz conhecimentos científicos, os quais seriam independentes das relações de produção e da luta de classes, no entanto, conforme afirma Pêcheux (2009, p. 172), “são os homens, em sociedade e na história, isto é, a atividade humana social e histórica” que os produzem. Ou seja, os conhecimentos científicos são produzidos pelos homens, dentro de uma sociedade, dentro da História, e, por isso, estão inscritos também na luta de classes. Podemos então afirmar, que, embora o discurso científico busque apagar o sujeito, não “há um puro ‘discurso científico’ sem ligação com alguma ideologia” (PÊCHEUX, 2009, p. 182).

Enfim, vimos resumidamente nesta seção que as posições ideológicas dos sujeitos no processo sócio-histórico determinam os sentidos (ideológicos) dos discursos que conferem

materialidade à língua. Vimos também que não há sentido sem interpretação e que alguns leitores são autorizados a interpretar e outros, em determinadas situações, não.

Na próxima seção, veremos como esses conceitos da AD se conjugam com o DeCS para que possamos entendê-lo como um instrumento linguístico-ideológico.

2.3 O DECS COMO UM INSTRUMENTO LINGUÍSTICO-IDEOLÓGICO

Considerar o tesouro DeCS um instrumento linguístico e ideológico é afirmar o seu poder ordenador, num espaço em que estabiliza e legitima sentidos, propagando uma forma de organização para as ciências da saúde. A AD vai permitir a compreensão do funcionamento da relação existente entre as condições históricas de sua produção, a linguagem (na qual a ideologia também se materializa) e os processos de elaboração utilizados por aqueles que são por ele responsáveis. No entanto, praticar análise de discurso, se colocar na posição de leitor autorizado, mediar (no sentido de relativizar) o que o autor quer dizer, para quem, onde e quando é “trabalhar nas fronteiras das formações discursivas” (ORLANDI, 1995, p. 50).

O processo de concepção das fronteiras de um campo do conhecimento, como é o caso específico da linguagem artificial criada nos tesouros, bem como as definições contidas nele, é embasado por ideologias. Os sujeitos que, no interior das instituições, constroem um tesouro, buscam, em consonância com o posicionamento político da instituição, se inscrever na formação ideológica da classe social que esta representa.

Logo, um tesouro tem uma responsabilidade (uma assinatura) coletiva e jurídica. Nele, as contradições e os confrontos existentes nas relações sociais praticadas na sociedade serão apagados em detrimento de uma definição estabilizada, i.e., aquela escolhida por essa instituição. Essa escolha será justificada pela literatura da área e por outras fontes consolidadas e, ainda, por uma metodologia que imprime coerência a essas escolhas, suprimindo as ambiguidades nos termos. O campo que se quer representar, então, é recortado e organizado logicamente como se este fosse “naturalmente” daquela forma.

Essas escolhas feitas estabilizando cada termo irão se constituir em um vocabulário para controlar a indexação e a pesquisa. Assim, posteriormente, na prática social da indexação – estágio que depende da seleção, leitura e interpretação de textos que vão compor determinado acervo –, os bibliotecários recorrerão ao tesouro e a seu glossário para encontrar meios de representar aqueles textos. Nesse momento, as escolhas políticas demarcadas no tesouro serão reproduzidas e aqueles que, em diferentes situações práticas, precisarem

recuperar aquelas informações utilizarão os termos sem questionar a metodologia usada para selecioná-los (e que apagou sentidos existentes naquele campo).

Dessa forma, podemos afirmar que os tesouros, ao organizar o conhecimento de uma área, se constituem em instrumentos linguístico-ideológicos que imprimem uma determinada univocidade momentânea. Afirmamos que é momentânea porque a dinâmica da vida social impõe modificações às classificações.

2.4 CONCLUSÕES PARCIAIS

Neste capítulo, situamos na História do Ocidente a criação do tesouro, explicitando a importância de classificações filosóficas para o nascimento desse instrumento e seu valor para a organização do conhecimento, em especial, na contemporaneidade.

Em seguida, apresentamos conceitos fundamentais para a compreensão da natureza do DeCS, que são a ideia de gramatização e os conceitos de ideologia, interpretação, condições de produção, memória e interdiscurso. Esses últimos foram apresentados pela ótica da AD de linha franco-brasileira e servirão de apoio à análise do DeCS no próximo capítulo.

Por fim, enfatizamos o caráter ideológico do instrumento linguístico que é o DeCS. Enquanto instrumento, a linguagem documentária do DeCS é também um objeto político e ideológico, e dissemina para a área das ciências em saúde uma maneira de pensar o campo de trabalho, educação e saúde.

Reafirmamos que a criação da Bireme, o desenvolvimento do DeCS e das Bibliotecas Virtuais em Saúde são frutos de relações sociais e de discursos materializados na História. Concluimos que a AD contribui para a compreensão não do que alguns descritores do tesouro significam, mas de qual discurso permite um descritor ser selecionado e definido (ou excluído) do DeCS.

Assim, entende-se também que o sentido acontece no encontro do discurso (ideologia materializada) com a língua, motivo pelo qual acreditamos que, na abertura instaurada pelo conhecimento dos processos de construção do discurso, é que ocorre sua possibilidade de transformação, conforme discutiremos no próximo capítulo.

3 EDUCAÇÃO E TRABALHO EM SAÚDE NO DeCS

Esse capítulo é dedicado à análise dos verbetes relacionados ao conceito de Educação no DeCS. No primeiro capítulo, vimos as condições históricas em que o DeCS foi criado e a cronologia da legislação brasileira referente à educação profissional, ressaltando o aspecto dual da escola em produzir e reproduzir a formação e a ideologia dominante. No segundo capítulo, apresentamos o suporte teórico para a nossa análise ao introduzir a ideia de gramatização e os conceitos da AD com os quais trabalharemos agora (condições de produção, ideologia, memória, interdiscurso, interpretação). Observamos também que o sentido do discurso não se constitui em camadas, mas a um só tempo, compondo sua materialidade que é fruto do tempo histórico, do espaço em que foi produzido, de quem o produziu, do seu propósito.

Percebemos, dessa forma, que o DeCS se inscreve em uma formação ideológica de responsabilidade institucional e coletiva que envolve o trabalho da Bireme/Opas/OMS e que marca um posicionamento no conjunto das relações sociais na dinâmica das lutas de classe.

Neste capítulo, analisaremos o discurso do DeCS, a partir do já conhecido lugar que ocupa na sociedade e da ordenação que pretende produzir para a área da educação, no que diz respeito à formação profissional em saúde. Para tal, o capítulo objetiva discutir os verbetes relacionados à educação profissional em saúde à luz dos conceitos acima apresentados.

Neste capítulo, então, em primeiro lugar, trataremos de apresentar brevemente, na seção 3.1, a estrutura do DeCS. Na seção 3.2, apresentaremos como é feita uma consulta ao DeCS, exemplificando uma busca com o termo educação. Na seção 3.3, analisaremos o conceito de educação profissional em saúde, examinando os verbetes: Educação, Currículo, Educação Profissionalizante e Credenciamento.

3.1 A ESTRUTURA DO TESAURO DeCS

Dentro da tradição estruturalista, uma linguagem qualquer pode ser representada por dois eixos que se cortam: um na vertical, que representa as subordinações e, outro, na horizontal, que representa as coordenações. Da mesma forma, a construção de uma linguagem documentária estrutura-se sobre dois eixos. As principais categorias selecionadas para compor

um dado recorte são representadas no eixo horizontal, com o mesmo nível de importância, sendo, portanto, coordenadas entre si. Cada uma dessas categorias possuirá inúmeras subordinações, as quais compõem o eixo vertical. Abaixo, apresentamos as categorias do DeCS:

Quadro 2 – Categorias do DeCS que representam as Ciências da Saúde

CATEGORIA	CATEGORIAS DO DeCS ¹⁴
A	Anatomia
B	Organismos
C	Doenças
D	Compostos químicos e drogas
E	Técnicas e equipamentos analíticos, diagnósticos e terapêuticos
F	Psiquiatria e psicologia
G	Fenômenos e processos
H	Disciplinas e ocupações
HP	Homeopatia
I	Antropologia, educação, sociologia e fenômenos sociais
J	Tecnologia, indústria, agricultura
K	Ciências humanas
L	Ciência da informação
M	Denominações de grupos
N	Assistência à saúde
SH	Ciência e saúde
SP	Saúde Pública
V	Características de publicações
VS	Vigilância sanitária
Z	Denominações geográficas

Fonte: DeCS, 2015b.

A metodologia empregada pela biblioteconomia na confecção de tesouros permite que cada categoria tenha a quantidade de subcategorias necessárias para descrever as facetas do objeto que descreve. Por exemplo: a categoria H (Disciplinas e ocupações) tem as seguintes subordinações:

DISCIPLINAS E OCUPAÇÕES
 Disciplinas das Ciências Naturais +
 Ocupações em Saúde +

O sinal de adição significa que há subordinações na categoria. Ao clicarmos em “Disciplinas das Ciências Naturais” temos “Disciplinas das Ciências Biológicas, Química” etc., como vemos, a seguir:

¹⁴ Note-se que esses termos que nomeiam as categorias do DeCS não são usados na indexação quando englobam mais de um conceito, por exemplo as categorias E, F, G, H etc.

DISCIPLINAS E OCUPAÇÕES

Disciplinas das Ciências Naturais

Disciplinas das Ciências Biológicas +
 Química +
 Ciências da Terra +
 Matemática +
 Microtecnologia
 Nanotecnologia +
 Física +
 Ciência +

As subordinações, como afirmamos, são representadas no eixo vertical, lembrando que elas buscam aprofundar e refinar a descrição da categoria, a qual pode ser tomada como um objeto. Um dos propósitos da criação de tesouros, expresso nas disciplinas de classificação e organização do conhecimento, é a descrição minuciosa dos documentos. Com os crescentes níveis de especialização, classificar apenas no nível mais geral não é suficiente para garantir a recuperação das informações, propósito último da organização do conhecimento. Não é suficiente dizer que o assunto do artigo é a “química”, por exemplo, pois a informação poderia ficar inacessível se o seu assunto fosse mais específico e tratar de “bioquímica”, de “química farmacêutica”, de “microquímica” como podemos ver, a seguir:

Química

Bioquímica +
 Química Agrícola
 Química Analítica
 Química Clínica
 Química Inorgânica +
 Química Orgânica
 Química Farmacêutica +
 Química Física +
 Microquímica

Muitas vezes também não é suficiente usar somente o termo “bioquímica”. Para retratar de forma mais adequada o teor do documento, é preciso “descer” em sua especificidade:

DISCIPLINAS E OCUPAÇÕES

Disciplinas das Ciências Naturais

Química

Bioquímica
 Química Bioinorgânica
 Glicômica
 Histocitoquímica +
 Imunoquímica +
 Metabolômica
 Biologia Molecular +
 Neuroquímica
 Proteômica
 Química Agrícola

Desse modo, a sintaxe do DeCS é assim estabelecida entre as coordenações e as subordinações.

A Bireme permanentemente atualiza o DeCS e esse trabalho é executado em conjunto com a NLM, uma vez que o MeSH também está em contínua transformação. Para que se tenha uma dimensão dessas interações, destacamos algumas informações referentes às modificações sofrida em sua versão para o ano de 2015 disponíveis no *link* “Visão Geral”, na página do DeCS na *web*.

- O DeCS é um vocabulário dinâmico totalizando 32.160 descritores, sendo 27.538 do MeSH e 4.622 exclusivamente do DeCS;
- 5.182 sinônimos DeCS¹⁵ foram acrescentados em conceitos já existentes, dos quais 189 em inglês, 1.868 em espanhol e 3.125 em português;
- 25 descritores MeSH e 109 descritores DeCS foram substituídos por terminologia mais atualizada em inglês;
- Foi feita uma harmonização entre o Tesouro de Saúde do Ministério da Saúde do Brasil e o DeCS, ou seja, visando melhorar a recuperação da informação indexada com este tesouro, 1.403 termos alternativos em português daquela fonte foram adicionados aos conceitos do vocabulário DeCS 2015. Esta versão do DeCS agora contém 64% dos termos do tesouro do Ministério da Saúde.

Chamamos atenção, sobretudo, para o número de sinônimos acrescentados em português (3.125), pois o esforço em aglutinar conceitos usando o recurso de sinonímia pode incidir em generalizações, em vez de particularizações, como é o objetivo da indexação. Além disso, destacamos o fato de o DeCS ter incorporado 64% dos termos do tesouro do Ministério da Saúde (talvez na forma de sinônimos). Esta aproximação ratifica a afinidade existente entre as instituições responsáveis pelo MeSH, pelo DeCS e pelo tesouro do Ministério da Saúde, na forma de tratar o discurso científico, organizando-o de forma unitária.

Adiante, veremos como fazer uma busca no DeCS.

3.2 CONSULTA AO DECS

O acesso ao DeCS se dá pela *web* no endereço: <<http://decs.bvs.br/>>. A primeira tela oferece um cardápio de opções e, no *link* “Sobre o DeCS”, há uma apresentação sumária,

¹⁵ Trataremos do conceito de “sinônimos” no DeCS na seção 3.3.

contendo dados sobre sua criação e o âmbito de seu vocabulário. Nesse hipertexto¹⁶, há *links* para vários termos, abrindo a possibilidade de conhecermos novas páginas da *web*, projetos, vocabulário de biblioteconomia.

Figura 4 – Tela inicial do DeCS 2015



Fonte: DeCS, 2015b.

Selecionando a segunda opção dessa tela, “Consulta ao DeCS”, temos uma nova tela:

Figura 5 – Tela Consulta ao DeCS



Fonte: DeCS, 2015b

Em primeiro lugar, podemos escolher o idioma da consulta. O DeCS está disponível em inglês, espanhol e português. Em seguida, podemos optar por uma consulta através de um descritor exato ou uma palavra em linguagem natural, caso não tenhamos certeza de que essa palavra é um descritor autorizado.

O resultado de uma consulta escrevendo “educação” e optando por buscar “palavra ou termo” retornou 62 verbetes em que aparecem a palavra “educação”, como se pode ver no Quadro 3, no qual estão incluídos os termos autorizados para indexação e as *palavras* (o

¹⁶ Segundo o **Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa** (2001), “hipertexto” assim é definido: “apresentação de informações escritas, organizada de tal maneira que o leitor tem liberdade de escolher vários caminhos, a partir de sequências associativas possíveis entre blocos vinculados por remissões, sem estar preso a um encadeamento linear único”.

DeCS chama de palavras os *termos não autorizados* na indexação, conforme será comentado adiante).

Confeccionamos o Quadro 3, que contém 60 termos agrupados por assunto, com o intuito conferir uma visão panorâmica de como o DeCS trata os conceitos relacionados à “educação”. O sexagésimo primeiro termo retornado pela busca, não incluído no Quadro, é o verbete “educação”, analisado separadamente, na seção 3.3.1. O sexagésimo segundo é a definição de educação usada como qualificação, representado por uma barra, de outro termo, por exemplo: História /educação.

A seguir, podemos ver os descritores encontrados para “educação”, na consulta por “palavra ou termo”.

Quadro 3 – Resultado da busca pelo termo Educação, no DeCS, utilizando o critério “palavra ou termo”

Assuntos	Termos encontrados						
Conceitos relativos à educação do paciente	Determinação de Necessidades de Cuidados de Saúde	Prospecto para Educação de Pacientes	Serviço Hospitalar de Educação	Educação de Pacientes como Assunto			
Educação continuada	Educação Continuada em Odontologia	Educação Continuada em Farmácia	Educação Continuada em Enfermagem	Educação Médica Continuada			
Educação de nível médio	Ensino Fundamental e Médio	Educação Técnica em Enfermagem	Educação Profissionalizante				
Educação Particular	Educação Vocacional	Inclusão Educacional	Educação Especial	Educação de Pessoa com Deficiência Intelectual	Educação de Pessoas com Deficiência Visual	Educação de Pessoas com Deficiência Auditiva	Intervenção Precoce (Educação)
Educação universitária	Educação em Engenharia Sanitária	Educação de Graduação em Medicina	Educação Superior	Educação Física e Treinamento			
Estudos baseados em artigos (atualização)	Educação Médica	Educação em Veterinária	Educação em Odontologia	Educação em Enfermagem			
Estudos Preparativos	Educação Pré-Odontológica	Educação Pré-Médica					
Organizações de educação	United States Dept. of Health and Human Services	Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura	Organismos Nacionais de Educação Superior			
Pós-graduação	Educação de Pós-Graduação	Educação de Pós-Graduação em Medicina	Educação de Pós-Graduação em Farmácia	Educação de Pós-Graduação em Enfermagem	Educação de Pós-Graduação em Odontologia		
Treinamento	Educação em Desastres	Educação em Saúde	Educação da População	Educação Pré-Natal	Educação Profissional em Saúde Pública	Estratégia Saúde da Família (educ)	Saúde Pública
Subsídios para educação	Apoio ao Desenvolvimento de Recursos Humanos						

Avaliação	Avaliação Educacional				
Programa para treinamento	Educação Baseada em Competências	Educação a Distância			
Educação / conscientização	Educação em Saúde Bucal	Educação Ambiental	Educação Alimentar e Nutricional	Educação Sexual	Educação em Desastres
Política educacional	Política de Educação Superior	Planos e Programas de Educação em Desastres			
Treinamento e formação pelos pais	Educação Infantil				
Escola de 0 – 5 anos	Educação Pré-Escolar				
Não especificada	Educação não Profissionalizante				
Ensino clínico	Pesquisa em Educação de Enfermagem				

Fonte: Elaboração própria.

Ainda com a perspectiva de exemplificar uma consulta ao DeCS, consideremos, somente, na primeira linha da tabela os “Conceitos relativos à educação do paciente”, seguida de sua definição no DeCS (2015b):

Determinação de Necessidades de Cuidados de Saúde

Definição: Identificação sistemática das necessidades de uma população ou a avaliação dos indivíduos para determinar o nível mais adequado das necessidades de serviço.

Serviço Hospitalar de Educação

Definição: Serviço hospitalar responsável pela administração de atividades educativas e instrucionais relativas à saúde para pacientes e funcionários.

Prospecto para Educação de Pacientes

Definição: Obras que consistem em um prospecto ou material informativo usado para explicar um procedimento, ou uma afecção, ou os conteúdos de um artigo específico em uma revista biomédica, escrito em linguagem não técnica dirigidos ao paciente ou ao consumidor.

Educação de Pacientes como Assunto

Definição: Ensino e treinamento de pacientes em relação às suas próprias necessidades de saúde.

(DeCS, 2015b).

Os termos têm em comum a característica de estarem voltados para a educação dos pacientes, em um hospital, sendo que o Serviço Hospitalar de Educação abrange também os funcionários. O primeiro termo, na lógica construída para esta linguagem, é considerado “sinônimo” de “Determinação de Necessidades de Educação”. A questão dos “sinônimos” no DeCS será tratada a seguir, na próxima seção.

Também é possível efetuar a consulta: (1) pelo índice alfabético; (2) pelo índice permutado, digitando em uma caixa parte de uma palavra ou ela inteira; ou (3) pelo índice hierárquico, no qual se vê o termo dentro da hierarquia.

Retornando à tela “Consulta ao DeCS”, Figura 5, podemos ver um ponto de interrogação à direita. Com um clique sobre ele, abrimos um artigo (PELLIZON, 2004) que explica o passo-a-passo da pesquisa bibliográfica no DeCS, com as nuances que podem melhorar a qualidade da busca.

Na Figura 6, no terceiro *link*, “Novidades do DeCS”, há artigos informativos sobre a edição de 2015 e de edições anteriores. O DeCS é definido como um “vocabulário dinâmico” e, por isso, vive um “processo constante de crescimento e mutação registrando a cada ano um mínimo de 1.000 interações na base de dados dentre alterações, substituições e criações de novos termos ou áreas” (DeCS, 2015b).

Figura 6 – Tela inicial do DeCS 2015



Fonte: DeCS, 2015b.

Ao clicar em “DeCS edição 2015”, tomamos conhecimento das últimas mudanças no vocabulário, incluindo notas sobre os descritores novos, substituídos, eliminados, sinônimos e traduções. Clicando em “Visão geral”, podemos ler em um só artigo todas as informações contidas em todos os *links* desse menu.

Figura 7 – Tela DeCS edição 2015



Fonte: DeCS, 2015b.

3.3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM ARTICULAÇÃO COM AS CIÊNCIAS DA SAÚDE

Nesta seção, analisaremos o discurso do DeCS nos verbetes relacionados à educação profissional em saúde, levando em consideração as relações sociais que produzem os sentidos neles contidos. Tais relações estão espelhadas nos arranjos estabelecidos em sua hierarquia, nos termos para os quais somos remetidos e nas suas definições. Os verbetes analisados neste capítulo são: educação, currículo, educação profissionalizante e Credenciamento.

3.3.1 Educação

Vejamos a descrição do conceito educação, que em nosso entendimento é o fio condutor do discurso do DeCS para a organização desse recorte referente à educação profissional em saúde:

Quadro 4 – Verbetes Educação

Descritor <i>Português</i> :	Educação
Sinônimos <i>Português</i> :	Programas de Alfabetização Programas de Treinamento Educar Oficinas de Trabalho Workshops
Categoria:	<u>I02</u>
Definição <i>Português</i> :	Aquisição de conhecimento como resultado de instrução em um curso formal de estudo.
Relacionados <i>Português</i> :	Aprendizagem Apoio à Pesquisa como Assunto Estudantes Ensino Apoio ao Desenvolvimento de Recursos Humanos

Fonte: DeCS, 2015b.

Observando o campo “definição *português*”, lemos a afirmação de que a educação é a *aquisição de conhecimento* como consequência de uma *instrução em curso formal*. A educação, sem dúvida, é uma das formas de adquirirmos conhecimento. Esse conceito foi construído historicamente e encontra-se sedimentado como uma ideologia que confere materialidade ao discurso circulante na sociedade e, por isso, produz (na língua) o efeito de transparência. É o “já-dito” de Pêcheux (2009), como discutido no capítulo anterior, compondo o interdiscurso.

Os termos listados como “sinônimos” não são autorizados para serem utilizados na indexação. No entanto, caso se faça uma pesquisa com um deles, somos remetidos para o termo autorizado, que é “educação”. Por isso, nós consideramos que esses “sinônimos” do DeCS são, na verdade, paráfrases. Como dissemos anteriormente, em uma linguagem documentária, há a intenção deliberada de disciplinar, de regularizar, de estabilizar um vocabulário que serve aos interesses da classe social que possui o poder regulador do discurso das ciências. Portanto, denominar de “sinônimos” os termos não autorizados para indexação (programas de alfabetização; programas de treinamento; educar; oficinas de trabalho; workshops) é igualar seus sentidos, silenciando as diferenças existentes. Não os definir em seu glossário e nem permitir seus usos na indexação – marcando as diferenças entre cada um deles – trará reflexos na seleção de material para constituição de acervos e na circulação de

arquivos, além de naturalizar uma redução de significados com reflexos em novas epistemologias. Significa efetivamente, ao longo do tempo, apagar as especificidades contidas nessas conceituações.

Acreditamos que equiparar “educação” com, por exemplo, “programas de treinamento” e “oficinas de trabalho” é diminuir o valor daquele primeiro termo, pois esses últimos são ações voltadas para a produtividade, para dar continuidade à dualidade estrutural da sociedade, ou seja, para fazer funcionar o capitalismo. Logo, no DeCS, essas formas aligeiradas de treinar para o serviço são legitimadas quando equiparadas à educação formal. Podemos dizer que, na formação discursiva do DeCS, é isto que pode e deve ser dito.

O termo Programas de Alfabetização entrou como sinônimo, provavelmente porque, conforme mencionamos no primeiro capítulo, a grande incidência de pessoas não alfabetizadas que assumiam tarefas relacionadas ao cuidado em saúde, na posição de auxiliares, nos hospitais, é um fato. Considerando que “em 1950, metade da população brasileira era analfabeta e a outra metade possuía, na sua maioria, quatro anos de escolaridade” (LIMA, 2010, p. 117) e que a oferta de cursos profissionalizantes na área da saúde era escassa, compreende-se melhor esse fato.

Na década de 1960, programas de alfabetização foram realizados emergencialmente e a qualificação em saúde em todos os seus níveis foi também incentivada, por ser considerada um *aditivo* dentro da teoria do capital humano adotada. Na verdade, o objetivo maior era o de adaptar o trabalhador ao novo modelo de saúde, que estava sendo implantado através de políticas governamentais, as quais tinham o seu centro nos hospitais e nos novos equipamentos tecnológicos (importados) para produzir diagnósticos. Os termos Programas de Alfabetização e Educar são resquícios da necessidade de indexação e pesquisa de trabalhos redigidos sobre esse momento – prova disso é que, no MeSH, Programas de Alfabetização ingressou em 1981, e Educar não consta.

Nesse caso, o interdiscurso reporta-se, sobretudo, às variáveis em jogo no momento de escolher o termo para representar o conceito que vai ficar registrado no discurso científico. As referidas variáveis dizem respeito ao conceito escolhido, classificado para constar em determinada posição, e sua descrição. Ou seja, nas condições de produção de uma memória institucionalizada, o discurso pretende-se neutro.

Acreditamos que a opção por um sintagma nominal, isto é, uma estrutura em que não há um termo com a função sintática de sujeito na definição de Educação (“aquisição de conhecimento como resultado de instrução em um curso formal de estudo”) tenta apagar as condições de produção desse discurso e estabelecer um efeito de verdade em si mesmo,

independente. Pêcheux (2009, p. 182) afirma que o sujeito, no discurso da ciência, está “presente por sua ausência, exatamente como Deus está sobre a Terra no discurso religioso”. Portanto, esse sintagma nominal é a forma linguística discursiva escolhida para dar ao conceito de Educação essa ideia de transparência, a qual está apoiada no interdiscurso, o “já-dito” e esquecido, estando pretensamente desprovido de uma materialidade externa que indique como foi constituído.

Conforme foi mencionado na seção 3.1, o DeCS harmonizou 1.403 termos do Tesouro do Ministério da Saúde, em sua versão de 2015, elevando para 64% a quantidade de termos que possuem em comum. Lembrando que o DeCS é uma tradução/adaptação do MeSH, essa harmonização significa que há um alinhamento de interesses entre as organizações das classes dominantes responsáveis por esses tesouros. Essa aproximação esclarece a importância da univocidade na linguagem das ciências, do ponto de vista dessas instituições.

Diante da afinidade desses dois tesouros, vejamos como a educação é tratada no glossário do Ministério da Saúde:

Educação, f. Processo que visa a colaborar para que o professor e os alunos, nas escolas e nas organizações, transformem suas vidas em processos permanentes de aprendizagem. (BRASIL, 2015).

A educação é vista como “processo de aprendizagem permanente que contribui na transformação das vidas”. Esse conteúdo, assim resumido, reporta-nos ao conceito de Educação Permanente em Saúde, discutido no ano de 2003, durante a XII Conferência Nacional de Saúde (BRASIL, 2003).

Ceccin e Ferla (2009), resumindo as discussões que ocorreram nessa conferência, afirmam que a Educação Permanente em Saúde precisa ser entendida, ao mesmo tempo, como uma prática de ensino-aprendizagem e como uma política de educação na saúde. Como prática de ensino-aprendizagem ela leva em consideração a experiência dos atores envolvidos no espaço concreto de suas atuações no campo da saúde, integrando a realidade aos novos conhecimentos advindos das problematizações e reflexões surgidas no processo. Não deve ser considerada como um método pedagógico ou algo que justifique uma formação continuada, numa visão técnica produtivista.

Por esses motivos, “como *política de educação na saúde*, a *educação permanente em saúde* envolve a contribuição do ensino à construção do Sistema Único de Saúde (SUS)” (CECCIN; FERIA, 2009). Nesse sentido, os autores afirmam que, para obter conquistas com a prática educativa e transformar os serviços de saúde (na gestão e na atenção), no sentido de

obter integralidade, a melhor opção dos trabalhadores não é encarar o ensino em seu conteúdo formal, mas como um ponto de partida para a discussão e a incorporação crítica dos conhecimentos. Note-se que, no DeCS, o termo Educação Permanente aparece como sinônimo do termo autorizado Educação Continuada, sendo este último definido como: “programas educacionais destinados a informar os indivíduos sobre recentes avanços em seu campo particular de interesse. Eles não conduzem a qualquer posição convencional avançada” (DeCS, 2015b).

Em outras palavras, essa perspectiva ampliada da educação permanente em saúde não está contemplada nos verbetes de Educação no tesauro DeCS, embora ele tenha sido criado para, teoricamente, estabelecer relações entre seus conceitos sob o ponto de vista da saúde. O DeCS afirma a educação dentro de uma formalidade bastante ampla e, no tesauro do Ministério da Saúde, quem se educa são professores e alunos, nas escolas e nas organizações. A educação aqui também é formal, é para aqueles que estão nas categorias de professor ou de aluno. Educam-se nas escolas e nas organizações.

Não há definição para o termo Organizações no tesauro do Ministério da Saúde. A forma como este termo está inserido na estrutura é a que se pode ver, abaixo: subordinado à categoria “Administração em saúde”, no primeiro nível, e às “Organizações, comitês e convenções”, no segundo nível. Os termos específicos listados são os tipos de organizações que têm atuação na área da saúde ou de alguma forma se relacionam com ela:

Figura 8 – Pesquisa pelo termo Organizações



Fonte: BRASIL, 2015.

Entre as organizações (“organização comunitária”, “organizações sem fins lucrativos” etc.) citadas na Figura 8, estão as que possuem credenciamento para gerir e educar e, dentro de um processo de “publicização”, podem ser contratadas para prestar serviços ao SUS a

partir da regulamentação instaurada pelo Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, em 1995. Conforme definições no tesouro do Ministério da Saúde, lê-se:

Organização social. *Definição 1-* É um modelo de organização pública não estatal destinada a absorver, mediante qualificação específica, as atividades publicizáveis não exclusivas do Estado, ou seja, atividades transferidas do setor estatal para o público não estatal.

Definição 2- Entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tenha autorização específica do Poder Legislativo para celebrar contrato de gestão com o Poder Executivo e assim ter direito à dotação orçamentária, destinadas a executar serviços competitivos ou não exclusivos. (BRASIL, 2015).

O termo “publicizar”, não dicionarizado, foi criado para significar a prestação de serviços na área social, considerados, no Plano de reforma do aparelho de Estado (BRASIL, 1995), não-exclusivos do Estado. “Publicizar” significa transformar uma empresa (muitas vezes sem fins lucrativos) em “pública não-estatal”. Na definição 1, o neologismo “publicizar”, como podemos ver, quer dizer privatizar, entregando a uma organização privada determinada função que seria, a princípio, do Estado. Na definição 2, temos que a privatização se dá por contratos e firma direito à dotação orçamentária.

O DeCS não possui o termo “organizações sociais”, mas possui um termo relacionado, a saber, o termo Parcerias Público-Privadas, cuja descrição é:

Empreendimentos organizacionais entre uma agência do setor público, federal, estadual ou municipal, e uma entidade do setor privado. As habilidades e os ativos de cada setor são compartilhados para disponibilizar um serviço ou comodidade para o benefício ou uso do público (DeCS, 2015b).

Esse termo foi absorvido pelo MeSH, em 2015, nas categorias J (Tecnologia, indústria, agricultura) e N (Assistência à saúde). No DeCS, até o ano de 2014, esse termo estava presente somente na categoria SH (Ciência e saúde), mas, a partir de 2015, ele aparece também nas categorias J e N.

As atualizações nesses tesouros ocorrem permanentemente e, como podemos ver, são adaptadas aos interesses dos países e caminham junto com a legislação dos Estados.

3.3.2 Currículo

Retornando ao termo Educação, ao se ampliar um pouco mais o conceito, observamos, logo na primeira linha da hierarquia, o descritor “currículo”:

ANTROPOLOGIA, EDUCAÇÃO, SOCIOLOGIA E FENÔMENOS SOCIAIS
Educação
Currículo +
Educação a Distância

O verbete currículo é assim definido:

Quadro 5 – Verbetes Currículo

Descritor <i>Português</i> :	Currículo
Sinônimos <i>Português</i> :	Curriculum
Categoria:	I02.158
Definição <i>Português</i> :	Conjunto de estudos e práticas destinadas a que o aluno desenvolva plenamente suas possibilidades. (Diccionario de la Real Academia de la Lengua Española). As matérias constantes de um curso (Dicionário Aurélio).

Fonte: DeCS, 2015b.

Ao dar voz a dicionários, as instituições Bireme/Opas/OMS tentam referendar com neutralidade seu discurso. Não são elas, sozinhas, que afirmam, mas os dicionários reconhecidos que definem o currículo de maneiras diferentes e complementares. Segundo Nunes (2010, p. 7), os dicionários, até muito recentemente, eram consultados apenas para se ver o sentido “correto” da palavra. “Assim, não se ensinava o dicionário, pelo contrário, era o dicionário que ‘ensinava’ como uma autoridade pouco questionada” (NUNES, 2010, p. 7-8). Mas, quando se analisa o discurso de um dicionário ou de um glossário, consideramos que os sentidos se constituem em suas filiações sócio-históricas. Definir o verbete com as palavras publicadas em obras reconhecidas é esperar, por antecipação, que não sejam refutadas, é uma forma de tentar calar outras possibilidades de significação, imprimindo de forma autoritária uma possibilidade apenas para compreensão (e reprodução) do conceito de currículo.

No **Thesaurus Brasileiro de Educação**¹⁷, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o sentido atribuído a Currículo no artigo relacionado (cf. INEP, 2015) considera, entre outros aspectos, as relações presentes entre aluno, escola, objetivos no processo ensino-aprendizagem e experiências voltadas para a formação. Nesse caso, o DeCS deu preferência ao discurso referendado por dicionários, validando sentidos já estabilizados para diminuir dúvidas no que afirma que é, apagando as discussões sobre o tema.

¹⁷ “O Thesaurus Brasileiro da Educação (Brased) é um vocabulário controlado que reúne termos e conceitos, extraídos de documentos analisados no Centro de Informação e Biblioteca em Educação (Cibec), relacionados entre si a partir de uma estrutura conceitual da área. Estes termos, chamados descritores, são destinados à indexação e à recuperação de informações”. (INEP, 2015).

Na hierarquia do DeCS, estão subordinados a currículo:

Educação

- Curriculo
 - Educação Baseada em Competências
 - Estudos Interdisciplinares
 - Inclusão Educacional
 - Aprendizagem Baseada em Problemas

Vejamos as definições dos currículos que interessam ao DeCS mais de perto:

Quadro 6 – Definições das subdivisões da categoria Currículo, no DeCS 2015

Termos	Definições no DeCS
Educação Baseada em Competências	Programas educacionais projetados para assegurar que os estudantes possam atingir níveis de competência pré-especificados em um determinado campo ou atividade de treinamento. A ênfase está na realização ou objetivos especificados.
Estudos interdisciplinares	Programas de estudo que abrangem as fronteiras tradicionais do conhecimento acadêmico.
Inclusão educacional	Refere-se com mais frequência à inclusão de uma criança com deficiência física ou mental na classe regular de seus pares normais e provisão apropriada do programa educacional determinado.
Aprendizagem Baseada em Problemas	Uso educacional de exemplos e casos para ensinar técnicas de solução de problemas e raciocínio crítico.

Fonte: DeCS, 2015b.

Para sintetizar, podemos afirmar que a Educação, no que se refere ao currículo, no DeCS, é a aquisição de conhecimentos transmitidos formalmente por matérias de um currículo e suas práticas, podendo utilizar modelos baseados no desenvolvimento de competências e/ou de aprendizagem baseada em resolução de problemas. A Educação pode ainda apresentar currículos inclusivos e se relacionar com outras disciplinas do conhecimento.

Há uma relação entre o termo Programas de Treinamento (sinônimo de Educação) e os sentidos atribuídos nas definições das subcategorias de Currículo, nas quais a organização curricular é baseada em competências e/ou na resolução de problemas. Existe um debate crítico na sociedade sobre as formas de conduzir a educação, que perpetuam as desigualdades: a denominada “pedagogia das competências” é criticada, pois competência aqui está intimamente relacionada àquela formação que o mercado necessita naquele momento. Isso impõe ao trabalhador a ordem de ser flexível, adaptando-se às demandas do momento pelo capital.

A noção de competência, hoje, está vinculada à ideologia mercadológica de aquisição de novas competências em especializações, através de cursos de requalificação profissional, inculcando no indivíduo a responsabilidade de se colocar num mercado de trabalho que não tem a possibilidade de absorver a todos (ALVES, 2009).

3.3.3 Educação Profissionalizante

O termo Educação Profissionalizante é assim definido:

Quadro 7 – Verbetes Educação Profissionalizante

Descritor <i>Inglês</i> :	Education, Professional
Descritor <i>Espanhol</i> :	Educación Profesional
Descritor <i>Português</i> :	Educação Profissionalizante
Categoria:	I02.358
Definição <i>Português</i> :	Educação convencional e treinamento para a prática de uma profissão.

Fonte: DeCS, 2015b.

A definição para a Educação Profissionalizante ratifica a ideia de treinamento, voltada para uma forma redutora, mecânica e aligeirada de formar para se ter um executor de tarefas.

Note-se que há dois termos utilizados correntemente, a saber, os termos “educação profissional” e “educação profissionalizante”. Em consulta a artigos científicos publicados na Scientific Electronic Library Online (SciELO)¹⁸, constatamos que o termo mais usado é “educação profissional”, embora apareça também, com os mesmos sentidos, numa proporção menor, o termo “educação profissionalizante”, o qual é o único autorizado pelo DeCS.

Assim, o termo Educação Profissional não se encontra disponível no DeCS, nem mesmo como sinônimo. Existe, porém, o termo Educação Profissional em Saúde Pública, como podemos ver a seguir:

Quadro 8 – Verbetes Educação Profissional em Saúde

Descritor <i>Inglês</i> :	Education, Public Health Professional
Descritor <i>Espanhol</i> :	Educación en Salud Pública Profesional
Descritor <i>Português</i> :	Educação Profissional em Saúde Pública
Categoria:	I02.358.556
Definição <i>Português</i> :	Educação e treinamento em saúde pública para a prática da profissão.
Nota de Indexação <i>Português</i> :	educ de público geral a respeito de assuntos de saúde pública = SAÚDE PÚBLICA/educ

Fonte: DeCS, 2015b.

¹⁸ O SciELO assim se define na web: “SciELO é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. A SciELO é o resultado de um projeto de pesquisa da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, em parceria com a Bireme - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. A partir de 2002, o Projeto conta com o apoio do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.” (Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_home&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 out. 2015.)

A educação continua sendo vista como um treinamento para o trabalho, no caso, como um trabalho educativo em saúde pública para o público em geral, conforme se lê na nota de indexação, supracitada.

A educação profissional em saúde pública pode ser entendida como uma qualificação específica para o trabalhador do SUS, na atenção à saúde, consoante a seus princípios.

3.3.4 Credenciamento

No DeCS, o Credenciamento tem como sinônimos os termos Qualificação Profissional e Qualificação Profissional em Saúde. Sua definição pode ser vista a seguir:

Quadro 9 – Verbetes Credenciamento

Descritor <i>Inglês</i> :	Credentialing
Descritor <i>Espanhol</i> :	Habilitación Profesional
Descritor <i>Português</i> :	Credenciamento
Sinônimos <i>Português</i> :	Habilitação Profissional Qualificação Profissional Qualificação Profissional em Saúde
Categoria:	N03.706.110 N05.700.200 SP9.080.050
Definição <i>Português</i> :	Reconhecimento da competência técnica ou profissional através de registros, certificados, licenciamento, admissão em sociedades ou associações, diplomas etc.
Nota de Indexação <i>Português</i> :	“reconhecimento de competência técnica ou profissional” através de várias <u>medidas</u> : veja definição

Fonte: DeCS, 2015b.

Uma das ocorrências do termo Credenciamento no DeCS é na subordinação à categoria Assistência à Saúde. Nesse recorte da estrutura hierárquica, podemos ver seu contexto:

ASSISTÊNCIA À SAÚDE
 Economia e Organizações de Saúde
 Controles Formais da Sociedade
 Credenciamento
 Acreditação +
 Certificação +
 Licenciamento +
 Fiscalização e Controle de Instalações
 Regulamentação Governamental
 Direitos Humanos +
 Jurisprudência +
 Legislação como Assunto +
 Programas Obrigatórios +
 Defesa do Paciente
 Revisão por Pares +
 Formulação de Políticas +
 ...

Dentro da hierarquia acima, o termo Economia e Organizações de Saúde não é usado para indexação, somente organiza outros termos. Seu significado descrito no glossário é: “aspectos econômicos dos cuidados de saúde, seu planejamento e distribuição. Abrangem as agências governamentais e organizações no setor privado” (DeCS, 2015b), em consonância com a publicização praticada pelos mecanismos legais do Estado, como vimos anteriormente.

Dentre os sinônimos citados, no verbete Assistência à Saúde, encontramos o de Cuidado em Saúde, mas a definição do termo autorizado, que é Assistência à Saúde, não passa pelas noções de experiências em dar atenção e nem o de responsabilizar-se: a assistência “refere-se a todos os aspectos da provisão e distribuição de serviços de saúde a uma população” (DeCS, 2015b). Seus limites são os dados pela legislação, conforme podemos observar nos termos que compõem seu contexto (todos referendados em leis).

A política social assim definida considera apenas os interesses do Estado, que é aquele que escolhe e determina a execução dos serviços, por isso sua vinculação aos Controles Formais da Sociedade, outra categoria vista na hierarquia. A ênfase, portanto, está nos diplomas, nos certificados, nos credenciamentos e nas certificações. Qualificação profissional, dessa forma, equiparada a credenciamentos, resume-se a competência que pode ser medida, quantificada – conforme se lê no Quadro 9, em “nota para indexação”, acima.

Sendo fruto da tradução e adaptação para a América Latina de um discurso liberal norte-americano, o DeCS se apoia na garantia de direitos gerados pela legislação do Estado. Podemos afirmar, então, que a visão que imprime é a da classe dominante. Ao definir indiretamente a Qualificação Profissional como o simples ato de um indivíduo ou de uma empresa possuir certificações e credenciamentos que passam pelos controles formais e podem ser avaliadas através de métodos quantitativos, apagam-se todos os sentidos das lutas sociais para garantia da assistência à saúde numa prática vivida em sociedade.

Veja-se, por exemplo, a definição encontrada no DeCS para Ciência: “estudo de fenômenos naturais por observação, medidas e experimentação” (DeCS, 2015). Daí podemos concluir que as relações sociais não conseguirão ser consideradas e representadas a partir dessa concepção de ciência, porque a totalidade social não possui expressão no DeCS. Isto é, não será por meio de descrição de características e especificações que um descritor será selecionado para dele fazer parte, mas, sim, por se colocar em algum nível de uma categoria nele pré-existente e verificada ou estar em oposição a algo já conhecido, medido, experimentado.

A qualificação é uma relação social, na medida em que é atingida através do trabalho, que é uma atividade prática social. Nesse sentido, compreendemos que a qualificação tem sua

historicidade, apresentando sentidos diferenciados, conforme o perfil exigido da força de trabalho para a produção. Entretanto, quando o sentido da “qualificação profissional” é estabilizado no tesouro DeCS como um sinônimo do Credenciamento, definido pelo “reconhecimento de uma competência técnica ou profissional através de medidas”, muitos sentidos diretamente ligados à Assistência à Saúde foram silenciados. Somente o aspecto formal foi ali explicitado, deixando de fora seu caráter de relação social complexa, que envolve disputas no campo econômico e político para a formação da classe trabalhadora.

3.4 CONCLUSÕES PARCIAIS

Neste capítulo, analisamos a estrutura do DeCS e exemplificamos como realizar buscas utilizando o *website* onde ele está disponível. Em seguida, a partir da terceira seção, analisamos alguns termos que consideramos chave para criticar o DeCS: Educação, Currículo, Educação Profissionalizante e Credenciamento.

Através da análise desses termos, concluímos que eles foram selecionados e definidos de forma a tornar estável, no campo da educação, os conceitos considerados de maior interesse para a área da saúde, dentro da formação ideológica em que se inserem. Se, por um lado, a ideologia aparece claramente na seleção, dentro das suas condições de produção, por outro, ela quer-se esconder na aparência de neutralidade dos sentidos atribuídos aos conceitos, silenciando lutas sociais. A AD nos fornece meios de chegar a essa conclusão ao propor que os significados sejam sacados do entrelaçamento entre sujeito, História e discurso.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi o de analisar o glossário do DeCS como um objeto discursivo e ideológico, a partir de um delineamento teórico traçado com base na Análise de Discurso e na História das Ideias Linguísticas.

No primeiro capítulo, seguindo a formulação que aponta para a importância das condições de produção de um discurso, abordamos, no âmbito das ações da Opas/OMS, a criação da Bireme, coordenada pela NLM, com o objetivo de organizar a produção científica das ciências da saúde na América Latina. Ainda nesse capítulo, vimos que a tradução do MeSH ampliou o serviço de indexação de artigos produzidos na América Latina, dando origem ao catálogo **Index Medicus da América Latina** (IMLA) e possibilitou a criação do DeCS e das Bibliotecas Virtuais em Saúde, que propagaram e propagam a organização pensada pela NLM/Bireme para a área.

A seguir, ainda no primeiro capítulo, vimos as políticas governamentais concretizadas na área da educação técnica e as concepções hegemônicas, as quais apontam para uma educação que perpetua a fragmentação da escola, caracterizando a dualidade estrutural necessária para manutenção do capitalismo.

Isto pode ser sentido no momento em que instrumentaliza a disseminação de um modelo de saúde baseado na centralidade dos hospitais e suas especializações médicas.

O fato de em 1967, ano de criação da Bireme, estarmos sob uma ditadura civil-militar que coercitivamente silenciava qualquer potencial crítico-ideológico, também compõem as condições de produção do discurso do DeCS. Nesse momento histórico, observamos o avanço da atuação de organismos estadunidenses na América Latina, influenciando diferentes setores da vida social para tornar possível a produção e a reprodução da lógica capitalista de gerar sempre maiores lucros. Essa situação coloca os Estados Unidos em posição de aliados dos militares, fortalece o poder da Opas/OMS e da NLM e interpela o discurso da Bireme, a qual traduzirá e adaptará o MeSH em diálogo com todos esses fatos enumerados.

No segundo capítulo, para chegarmos aos significados do DeCS como um instrumento linguístico-ideológico, percorremos, através de algumas classificações filosóficas, o modo como filósofos gregos e medievais desenvolveram formas de descrever e sistematizar o conhecimento acerca do mundo, no intuito de demonstrar como essas classificações inspiram

o tratamento dado à informação, na biblioteconomia, na criação de linguagens documentárias para indexação e recuperação de acervos especializados.

Chegamos, por essa via, ao conceito de *gramatização*, processo que considera os dicionários e as gramáticas como poderosos instrumentos linguísticos, os quais, indo além de seus propósitos iniciais de auxiliar na compreensão de línguas, influenciam as descobertas científicas e as mudanças sociais de seu tempo. Estabelecemos a relação desses instrumentos com o tesouro DeCS, que busca controlar vocabulário e sentidos na linguagem das ciências da saúde.

Em continuação, ainda no segundo capítulo, apresentamos os dispositivos teóricos desenvolvidos pela AD da linha franco-brasileira e, nessa perspectiva, apontamos que os textos do glossário do tesouro DeCS não representam uma verdade, mas se constituem em objetos construídos pela interpretação e pelo diálogo com outros textos, tornando-se discurso de uma determinada classe social. Os tesouros são criados com o propósito de estabilizar uma linguagem e, nas condições de sua criação, começa a ser definido o sujeito de seu discurso. A partir daí podemos observar a organização que será dada para a área, que significados serão privilegiados e quais serão apagados, pois em determinada situação os sujeitos se posicionam ideologicamente e assim se constituem os sentidos. Dessa forma, concluímos que o DeCS é um instrumento linguístico-ideológico, assim como gramáticas e dicionários, uma vez que busca estabilizar um vocabulário e intervém na relação entre a língua e o sujeito, buscando naturalizar a ideologia da classe que representa.

No terceiro capítulo, analisamos os verbetes Educação, Currículo, Educação Profissionalizante e Credenciamento. Também vimos que esses verbetes se inscrevem na formação ideológica de responsabilidade institucional e coletiva, a qual envolve o trabalho da Bireme/Opas/OMS, marcando um posicionamento ideológico genérico no conjunto das relações sociais na dinâmica das lutas de classe.

Revedo brevemente nossa análise, vimos que, no DeCS, a Educação é definida como “aquisição de conhecimentos adquiridos em curso formal de estudos” e, ao desautorizar o uso de alguns termos (Programas de treinamento, Workshops etc.), mas, ao mesmo tempo, reconhecê-los como sinônimos de Educação, fornece extensão aos sentidos expressos. O que queremos afirmar é que essa extensão atualiza o significado dado ao verbete e inscreve o DeCS em uma formação ideológica que tenta separar a prática científica da prática política, na medida em que, em sua parcialidade, representa apenas os interesses do Estado, a saber, uma educação voltada para a preparação para o trabalho, a qual, atualmente, exige um trabalhador

com conhecimentos e aptidões para diferentes atividades. Logo, o “estudo” referenciado na definição do DeCS é aquele conseguido em programas aligeirados.

Da mesma forma, o verbete Currículo reafirma a lógica objetivista encontrada na definição de Educação, respaldada em dicionários. A aproximação que estabelece com alguns currículos (Educação baseada em competências; Aprendizagem baseada em problemas) que visam sobretudo preparar o trabalhador para tarefas, reafirma a preocupação do DeCS em estar afinado com o conjunto de propostas governamentais para o campo da educação, trabalho e saúde e aponta para as condições de produção de seu discurso.

Em continuação, vimos que a Educação Profissionalizante consolida a análise aqui desenvolvida, pois é definida diretamente como um “treinamento para a prática de uma profissão”, em que a educação é equiparada, novamente, ao treinamento. O que interessa nesse recorte dado para a educação profissional no DeCS é uma educação certificada, por isso analisamos o verbete Credenciamento.

O Credenciamento tem também um sentido objetivo, que é o de certificar, diplomar, reconhecendo a “competência técnica ou profissional” através, inclusive, de medidas. Nesse verbete, encontramos os termos Qualificação Profissional e Qualificação Profissional em Saúde como sendo sinônimos. No meio educacional, a qualificação é tratada como uma relação social, pois é atingida na prática do trabalho, sentido reduzido no DeCS ao significado de uma certificação.

Essa análise permite-nos concluir que a forma organizativa (i.e. a sintaxe) do DeCS, baseada em uma hierarquia fortemente dicotômica, idealista, coloca seu léxico em uma posição subalterna à classe dominante, na medida em que não dá espaço para a representação das lutas sociais que acontecem na sociedade, como vimos na análise de alguns dos termos para a educação em saúde. Ao analisarmos esses verbetes, constatamos, muitas vezes, que o estabelecido por lei foi priorizado como uma verdade única, silenciando termos em discussão na sociedade. Por isso, podemos dizer que o DeCS, ao conformar uma dada organização sistemática do conhecimento, regulando um vocabulário, controla também a informação e a língua.

Consideramos que toda sociedade constituída por classes apresenta em sua dinâmica lutas sociais por interesses diversos e, muitas vezes, antagônicos, e se equilibra na necessidade de manutenção da exploração e da dominação expressa em discursos. Portanto, o discurso é uma prática que se materializa em ideologias a partir de um lugar e de um momento localizados na História. Esse momento determinará o sujeito, em sua prática.

Observamos que o discurso científico do DeCS, com origem em uma biblioteca situada no centro do capitalismo mundial, num momento histórico específico, é fruto dessas condições e com elas dialoga.

Verificamos que o DeCS, podendo até ser permeável e dinâmico em alguns pontos, se fecha em uma lógica estipulada para ser coerente. Nessa perspectiva, ao organizar a informação em ciências da saúde reproduzindo em seus verbetes a visão que se quer hegemônica, o DeCS é um instrumento linguístico-ideológico, pois intervém, na prática de seu discurso, na luta que existe na sociedade no campo do trabalho, educação e saúde.

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder *espiritual* dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. (MARX; ENGELS, 1998, p. 49).

Marx e Engels (1998) afirmam, acima, que a ideologia legitima o poder da classe dominante. Se, por um lado, essa afirmação é verdadeira, na medida em que aqueles que controlam os aparelhos hegemônicos de Estado¹⁹ difundem amplamente sua ideologia, imprimindo um sentido de que esta é a “verdadeira” e a “natural”, por outro lado, ela não é a única manifestação presente na sociedade. O Estado e seus aparelhos buscam espalhar o consenso, mas a língua oferece sempre mais de uma possibilidade de compreensão e de uso. E é na dinâmica social que novos sentidos são recriados.

A educação profissional em saúde deveria ocupar, no nosso entendimento, um lugar transversal nas ciências da saúde, pois na prática perpassa todas as suas disciplinas. As concepções de saúde, doença e toda construção de saberes nas especialidades que constituem os campos das ciências da saúde advêm das discussões e das lutas políticas que se dão na sociedade, e reflexões importantes são trazidas pela educação com contribuições preciosas da filosofia, da sociologia e da cultura em práticas que não deveriam ser desconsideradas, como efetivamente observamos que são no DeCS.

Por fim, podemos afirmar que a AD traz novas possibilidades de análises que contribuem para a área da Biblioteconomia, tanto no momento de criação de linguagens documentárias, quanto no momento de análises de textos para indexação, porque amplia as

¹⁹ Conforme a denominação de Althusser (1996).

reflexões que podem advir quando se pensa no ponto de interseção da língua com a História e a ideologia.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. **A Classificação de documentos fotográficos: um estudo em arquivos, bibliotecas e museus**. 2012. 287f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2012.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. (Notas para uma investigação). In: ADORNO, Theodor et al. ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. Reprodução de texto datado de 1970.

ANJOS, Liane dos. **Sistemas de classificação do conhecimento na Filosofia e na Biblioteconomia: uma visão histórico-conceitual crítica com enfoque nos conceitos de *classe*, de *categoria* e de *faceta***. 2008. 291f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica do capital humano**. 273 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Fundação Getúlio Vargas. Instituto de Estudos avançados em educação. Rio de Janeiro, IESAE/FGV, 1979. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10438/9356>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

AUROUX, Sylvain. **Filosofia da linguagem**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

BILIOTECA Virtual em Saúde – Ministério da Saúde. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/>>. Acesso em: 21 dez. 2015.

BIREME/OPAS/OMS (Brasil). **Guia de Atualização do DeCS**. São Paulo: BIREME/OPAS/OMS, março 2007. Disponível em: <<http://bvsmmodelo.bvsalud.org/download/decs/DeCS-GuiaAtualizacao.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2016.

BIREME/OPAS/OMS. **I Reunião do ano de 2009: Informe ao Comitê Assessor Nacional do Convênio de Manutenção da BIREME/OPAS/OMS**. Anexo 5. BVS - Fontes de Informação Referenciais (LILACS, LEYES, LIS, DirEve, SeCS. Disponível em: <http://metodologia.lilacs.bvsalud.org/download/P/Anexo_CAN_FIRs_2009-ago.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2015.

BIREME/OPAS/OMS (Cuba-Brasil). **Metodologia LIS**. Guia para o Registro de Fontes de Informação. 2ª. rev. La Habana/São Paulo: BIREME / OPAS / OMS, March 2010. Disponível em: <<http://modelo.bvsalud.org/download/lis/2.6/LIS-3-GuiaRegistroFontes-pt.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

BIREME/OPAS/OMS. **Principais resultados do informe ao Comitê Assessor Nacional – Rede BVS**. 2014. Disponível em: <http://www.paho.org/bireme/index.php?option=com_content&view=article&id=267%3Aprincipais-resultados-do-informe-ao-comite-assessor-nacional-rede-bvs&Itemid=73&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2015a.

BIREME/OPAS/OMS. Sobre a BIREME. **História**. 2015. Disponível em: <http://www.paho.org/bireme/index.php?option=com_content&view=article&id=33&Itemid=43&lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2015b.

BOCCATO, Vera Regina Casari; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Avaliação da linguagem documentária DeCS na área de fonoaudiologia na perspectiva do usuário: estudo de observação da recuperação da informação com protocolo verbal. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. 21, v. 11, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Decreto-lei nº 8.535, de 2 de janeiro de 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8535-2-janeiro-1946-416422-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conferência Nacional de Saúde, 4, 1967, Rio de Janeiro. **Anais...** Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/anais_4_conferencia_nacional_saude.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 30 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conferência Nacional de Saúde, 7, 1980, Brasília, DF. **Anais...** Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_7.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF: Imprensa Oficial, 1995. 68 p. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-lei nº 8.535, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 30 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conferência Nacional de Saúde, 12, 2003, Brasília, DF. **12ª Conferência Nacional de Saúde**. Conferência Sergio Arouca. “Saúde: Direito de todos, dever do Estado. A Saúde que temos, o SUS que queremos”. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/CES_consolidado.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 30 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. Plano Nacional de Educação. 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Tesouro eletrônico**. BVS Ministério da Saúde. Disponível em: <<http://bvsmms2.saude.gov.br/cgi-bin/multites/mtwdk.exe?k=default&x=1&s=&n=50&t=&l=60&y=0&w>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

BVS-BRASIL. Disponível em: <<http://brasil.bvs.br/vhl/sobre-a-bvs/o-portal-da-bvs-brasil/>>. Acesso em: 21 dez. 2015.

CAMPUS VIRTUAL EM SAÚDE PÚBLICA, OPAS. Disponível em: <<http://cursos.campusvirtuaisp.org/>>. Acesso em 3 fev. 2015.

CECCIN, Ricardo Burg; FERLA, Alcido Antônio. Educação permanente em saúde. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Julio Cesar França (Org). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2 ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/index.html>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à História da Filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DAHLBERG, Ingetraut. O futuro das linguagens de indexação. Tradução do inglês por Henry B. Cox. Palestra apresentada à Conferência Brasileira de Classificação Bibliográfica, Rio de Janeiro, 12-17 de setembro de 1972. **Anais...** Brasília, IBICT/ABDF, 1979. v. 1, p. 323-334. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bit/>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

DeCS. DESCRITORES EM CIÊNCIAS DA SAÚDE. Disponível em: <http://decs.bvs.br/P/sp-hp-sh-vs_p.htm>. Acesso em: mar. 2015a.

DeCS. DESCRITORES EM CIÊNCIAS DA SAÚDE. Disponível em: <<http://decs.bvs.br/>>. Acesso em: mar. 2015b.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **Tesouro**: linguagem de representação da memória documentária. Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

FEPAFEM. Federación Panamericana de Asociaciones de Facultades y Escuelas de Medicina. Disponível em: <http://www.fepafempafams.org/home/quienes_somos.html>. Acesso em: 20 nov. 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. **Trabalho necessário**, v. 13, n. 20, 2015. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Produtividade da Escola Improdutiva**. 7.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Novos fetiches mercantis da pseudo-teoria do capital humano do capitalismo tardio. In: ANDRADE, Juarez de; PAIVA, Lurinda G. de. **As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo: limites e contradições**. Juiz de Fora: EDUFJF, 2011. Disponível em: <<https://oebiear.files.wordpress.com/2015/03/as-polc3adticas-pc3bablicas-para-a-educac3a7c3a3o-no-brasil-contemporc3a2neo-limites-e-contradic3a7c3b5es.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethania S. Mariani et al. 3 ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

GÊNERO. In: HOUAISS Eletrônico. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. CD-Rom.

GOMES, Hagar Hespanha. **Manual de elaboração de tesouros monolíngues**. Brasília, DF: Ministério de Educação: Ministério de Ciência e Tecnologia, 1990. (Programa Nacional de Bibliotecas das Instituições de Ensino Superior).

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Thesouro Brasileiro de Educação. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/pesquisa-thesaurus>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

KUENZER, Acacia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão includente. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007. Especial, p. 1153-1178. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 3 set. 2014.

LANCASTER, F. W. Indexação e resumos: teoria e prática. Trad. Antonio Agenor Briquet de Lemos. 2 ed. Rev. atual. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LIMA, Júlio César França. **Política de saúde e formação profissional dos trabalhadores técnicos de enfermagem**. 2010. 454 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2010.

LIMA, Nísia Trindade. O Brasil e a Organização Pan-Americana da Saúde: uma história de três dimensões. In: FINKELMAN, Jacobo (Org.). **Caminhos da saúde pública no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Clássicos).

METODOLOGIA Lilacs. Disponível em: <<http://metodologia.lilacs.bvsalud.org/php/index.php>>. Acesso em: 21 dez. 2015.

MOROSINI, Márcia Valéria. **Educação e trabalho em disputa no SUS: a política de formação dos agentes comunitários de saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010.

MOTTA, Dilza Fonseca. **Modelo relacional como nova abordagem para a construção de tesouros**. 2005. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bit/>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

MOTTA, Vânia Cardoso da. Ideologias do capital humano e do capital social: da integração à inserção e ao conformismo, **Trabalho educação saúde** v. 6, n. 3, 2008.

MOTTA, Vânia Cardoso da. Educação e capital social: orientações dos organismos internacionais para as políticas públicas de educação como mecanismos de alívio à pobreza. In: ANDRADE, Juarez de; PAIVA, Lurinda G. de. **As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo: limites e contradições**. Juiz de Fora: EDUFJF, 2011.

MÜLLER, Meire Terezinha. A educação profissionalizante no Brasil – das corporações de ofícios à criação do Senai. **Estudos do Trabalho**, ano 3, v. 5, 2009. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/8RevistaRET5.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. Disponível em: <<http://www.observatorio.epsjv.fiocruz.br/upload/Publicacao/pub13.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

NEVES, Lucia Maria Werneck (org). **Direita para o social e esquerda para o capital**. Intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. SP: Xamã, 2010.

NLM 175th anniversary. NLM e a BIREME: 44 anos de cooperação técnica. [2011?]. Disponível em: <http://www.paho.org/blogs/nlm175/?page_id=13>. Acesso em: 10 nov. 2015.

NUNES, José Horta; SELIGMAN, Kátia. Discurso lexicográfico: as reedições do dicionário da língua portuguesa de Moraes. **Alfa**, v. 47, n.1, p. 37-51, 2003.

NUNES, José Horta. **Dicionários do Brasil: análise e história**. Campinas, SP: Pontes, 2006.

NUNES, José Horta. Dicionários: história, leitura e produção. **Revista de Letras**, v. 3, n. 1/2, 2010. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RL/article/viewArticle/1981>>. Acesso em: 7 out. 2014.

OPAS/OMS. Organização Pan-americana da Saúde. Organização Mundial da Saúde. Disponível em: <http://www.paho.org/blogs/nlm175/?page_id=13>. Acesso em 17 dez. 2015

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem em seu funcionamento**: as formas do discurso. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **Terra à vista! Discurso do confronto**: Velho e Novo Mundo. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Unicamp, 1990.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto**, Brasília, DF, ano 14, n. 61, jan.-mar. 1994.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Dispositivos da interpretação. In: ROITMAN, Ari; BERNARDO, Gustavo; ORLANDI, Eni. **Leitura e interpretação**. Rio de Janeiro: Proler, 1995. (Ler & Pensar)

ORLANDI, Eni Pucinelli. Discurso e argumentação: um observatório do político in **Fórum Linguístico**, n. 1, jul.-dez, p. 73-81, 1998.

ORLANDI, Eni Pucinelli (Org.). **Gesto de leitura**: da história no discurso. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2009.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção. A OPAS em foco: uma história das relações internacionais em saúde na América. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 177-182, jan.-mar. 2006.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção. **A organização Panamericana de Saúde (OPAS) e a Reforma de Recursos Humanos na Saúde na América Latina (1960-70)**. Rio de Janeiro: [s.d.], 2004. (Produto preliminar do projeto “História da cooperação técnica em Recursos Humanos em Saúde no Brasil”. COC/FIOCRUZ-OPAS/OMS).

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION. World Health Organization A NLM e a BIREME: 44 anos de cooperação técnica. Disponível em: < http://www.paho.org/blogs/nlm175/?page_id=13>. Acesso em: 18 dez. 2015.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION. World Health Organization. **Official document n. 66**: Informe final Consejo Directivo de la OPS, XVI Reunión. Comité Regional de la OMS XVII Reunión, 27 sep.-8 oct. 1965. Washington, DC: [s. ed.], 1966.

PÊCHEUX, Michel. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania S. Mariani et al. 3 ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1997a.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). Gesto de leitura: da história no discurso. Campinas, SP: Unicamp, 1997b.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 5.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Puccinelli Orlandi et al. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PELLIZZON, Rosely de Fátima. Pesquisa na área da saúde: 1. Base de dados DeCS (Descritores em Ciências da Saúde). **Acta Cirúrgica Brasileira**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 153-163, abr. 2004 . Disponível em < <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-86502004000200013>>. Acesso em: 07 ago. 2015.

PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Julio Cesar França. Educação Profissional em Saúde. In: _____ (Org). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2 ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009. Disponível em: <<http://www.epsv.fiocruz.br/dicionario/index.html>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

PEREIRA, Isabel Brasil; RAMOS, Marise Nogueira. **Educação profissional em saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

PIEGAS, Maria Helena A.; NOWINSKI, Aron. Index medicus latino-americano: exemplo de cooperação técnica entre países em desenvolvimento. **Revista Biblioteconomia**, Brasília, DF, v. 9, n. 2, jul. - dez., 1981. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002981&dd1=670ad>>. Acesso em: 9 set. 2015.

PIRES, Denise Elvira. Divisão social do trabalho. In: **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/index.html>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

PIRES-ALVES, Fernando A. A BIBLIOTECA DA SAÚDE DAS AMÉRICAS: a Bireme e a informação em ciências da saúde 1967-1982. 2005. 171f. Dissertação (História das Ciências da Saúde) Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz. Rio de Janeiro, 2005.

PIRES-ALVES, Fernando A. Cooperação internacional e informação em ciências da saúde na América Latina - 1967/1982: a BIREME em perspectiva histórica. **Encontro Regional de História, 12**: Usos do passado. Anais... Anpuh, 2006.

PIRES-ALVES, Fernando A.; PAIVA, Carlos Henrique Assunção. Pós-guerra, Estado de bem-estar e desenvolvimento. In: PONTE, Carlos Fidelis; FALLEIROS, Ialê. **Na corda bamba de sombrinha**: a saúde no fio da **h**História. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/ EPSJV/COC, 2011.

POMBO, Olga. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. 2003. Disponível em: <<http://www.researchgate.net/publication/255612117>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

PORTAL do Modelo BVS: Guia da BVS. Disponível em: <<http://guiabvs2011.bvsalud.org/glossario/>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

RAMOS, Marise. Concepções e práticas pedagógicas nas escolas técnicas do Sistema Único de Saúde: fundamentos e contradições. **Trabalho, educação e Saúde**, v.7 supl.1, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462009000400008>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

REZENDE, Maria José de. Educação e mudança social em Fernando de Azevedo. **Acta Scientiarum**: human and social sciences. Maringá, v. 25, n. 1, p. 2373-085, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SANTOS, Cibele Araújo Camargo Marques dos. **Linguagens documentárias e codificação da informação**: estudo de vocabulário da área da saúde. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado). Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

SILVA, Márcia Regina Barros da; FERLA, Luís; GALLIAN, Dante Marcello Claramonte. Uma 'biblioteca sem paredes': história da criação da Bireme. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v.13 n.1 Rio de Janeiro jan./mar. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702006000100006>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

STRECKER, Marcos. Grupos de ensino enfrentam desafio de se adaptar à crise e à queda do Fies. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 nov. 2015.

WEB OF SCIENCE. Disponível em: <http://thomsonreuters.com/products_services/scientific/Web_of_Science>. Acesso em: 20 fev. 2016).

WEISS, Leila Cristina **Análise da estrutura do vocabulário controlado Descritores em Ciências da Saúde**. Florianópolis, 2011. 60 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, 2011.

WIKIPEDIA. Imagem disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Encyclop%C3%A9die>>. Acesso em: 19 nov. 2015.